

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – RELAÇÕES PÚBLICAS**

**SÉRGIO MARQUES DA SILVA**

**IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA EM ESPAÇOS DE  
PODER NA CIDADE DE SANTA MARIA – RS**

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**SÉRGIO MARQUES DA SILVA**

**IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA EM ESPAÇOS DE  
PODER NA CIDADE DE SANTA MARIA – RS**

Monografia apresentada à Comissão de Trabalho de  
Conclusão de Curso, do Departamento de Ciências da  
Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria  
como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em  
Comunicação Social – Relações Públicas

Orientadora: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Flavi Ferreira Lisboa Filho

Santa Maria, RS, Brasil

2015

Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Curso de Comunicação Social – Relações Públicas

A Comissão Examinadora abaixo assinada aprova a Monografia

**IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA EM ESPAÇOS  
DE PODER NA CIDADE DE SANTA MARIA – RS**

Elaborada por

**SÉRGIO MARQUES DA SILVA**

**Comissão examinadora**

---

Profº. Drº. Flavi Ferreira Lisboa Filho  
Orientador (UFSM)

---

Ma. Fabiana Pereira

---

Ma. Maria Rita Py Dutra

Santa Maria, 04 de dezembro de 2015

## AGRADECIMENTOS

Agradeço

Aos meus pais, primeiramente, pois são as peças fundamentais, a base não só da minha existência, mas da minha escolha profissional, uma vez que a diversidade cultural e social que cerca minha família vai ao encontro sobre o ser Relações Públicas.

Agradeço aos meus irmãos por serem os meus maiores incentivadores e estarem sempre caminhando ao meu lado em busca dos meus objetivos e escolhas.

Agradeço aos meus amigos que foram os alicerces de apoio na graduação, ora em momentos de estudo e dedicação, ora em momentos de diversão e lazer.

Agradeço aos meus professores, principalmente, meu orientador que foi além de um mestre, o verdadeiro exemplo, a inspiração de profissional a ser seguido.

Agradeço aos meus colegas que foram o combustível fundamental para seguir em frente, a “injeção” de ânimo do dia-a-dia acadêmico.

Agradeço ao Coletivo AFRONTA por me empoderar enquanto estudante negro dentro de uma universidade pública e ter referências para compartilhar a minha Consciência Negra.

Agradeço as doze mulheres negras que compartilharam suas histórias neste trabalho e que elas sirvam de inspiração para os jovens e crianças negras.

OBRIGADO!

## RESUMO

Este projeto experimental propõe uma exposição fotográfica de mulheres negras e, objetiva o diálogo e a discussão sobre as relações étnicas nos espaços sociais e educacionais onde circulará a exposição. Traz em seu bojo a valorização do papel da mulher negra fazedora de cultura na sociedade, enquanto protagonista e não como coadjuvante. Em cada registro, uma afirmação da identidade negra, a conscientização e desconstrução do estereótipo dessa mulher. Queremos mostrar, o poder da mulher negra santa-mariense em busca de uma sociedade altamente desenvolvida e plenamente democrática, em um papel de compreensão e engajamento na autoafirmação, na busca por melhores indicadores de igualdade étnico-racial e de gênero. Doze (12) perfis de mulheres negras da sociedade santa-mariense circularão com o projeto em espaços sociais, públicos e privados. As mulheres serão selecionadas através de sua história e papel dentro da sociedade santa-mariense, suas histórias estão interligadas pelo aspecto geracional, pois o enredo apresentado por elas demonstra o empoderamento de suas filhas, com a particularidade da essência materna, a mãe que conseguiu sua inserção social, contribui para a inserção de sua filha, na sociedade. Como estratégia será realizada uma exposição fotográfica periódica e itinerante por lojas, shoppings centers, galerias comerciais, e outros estabelecimentos comerciais, além de visitas educacionais em universidades, escolas e demais instituições de ensino.

**Palavras-chave:** Mulher Negra; Representação; Identidade; Estudos Culturais; Exposição.

## RESUME

This experimental project proposes a photographic exhibition of black women and objective dialogue and discussion on the ethnic relations in social and educational activities which will circulate the exhibition. It brings with it the appreciation of the role of black women doer of culture in society, as a major player and not as an adjunct. In each record, an assertion of black identity, awareness and deconstruction of stereotype that woman. We want to show the power of the holy-Mariense black woman looking for a highly developed and fully democratic society, in a role of understanding and engagement in self-assertion, in search of better indicators of ethnic and racial and gender equality. Twelve (12) of black women profiles of santa-Mariense society circulate with the project on social, public and private spaces. Women will be selected through its history and role in the santa-Mariense society, their stories are intertwined by generational aspect because the plot presented by them demonstrates the empowerment of their daughters, with the particularity of maternal essence, the mother who got her social inclusion, contributes to the inclusion of his daughter, in society. As a strategy will be held periodically and itinerant photographic exhibition by shops, shopping malls, department stores, and other shops, as well as educational visits at universities, schools and other educational institutions.

**Keywords:** Black Women; Representation; Identity; Cultural Studies; Exhibition

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2. CULTURA E IDENTIDADE NEGRA .....</b>	<b>9</b>
<b>3. GESTÃO E PRODUÇÃO CULTURAL .....</b>	<b>13</b>
<b>3.1 Sistema Nacional e Municipal de Cultura .....</b>	<b>15</b>
<b>3.2 Leis de Incentivos à Cultura - LIC. ....</b>	<b>16</b>
3.2.1 Regulamentação .....	19
3.2.2 Cadastramento.....	20
3.2.3 Tramitação da análise .....	20
3.2.4 Tramitação simplificada da proposta .....	21
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>26</b>
4.1 Análise Cultural .....	26
4.2 Seleção das Mulheres Negras.....	27
<b>5. PROJETO CULTURAL EXPERIMENTAL .....</b>	<b>50</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>69</b>
<b>7. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>520</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade em que, historicamente, a construção de uma imagem social baseia-se na cultura do branqueamento, considerando o fato da mídia e os meios de comunicação em geral contribuírem sobremaneira para a manutenção do preconceito e estigmas, insistindo nos estereótipos, a mulher negra continua sendo retratada e associada às funções que desempenha na sociedade, segundo o imaginário popular, tais como empregada doméstica, lavadeira, faxineira, cozinheira.

Como discute Stuart Hall (1997) estereotipar faz parte da manutenção da ordem social e simbólica, estabelecendo uma fronteira entre o “normal” e o “desviante”, o que “pertence” e o que “não pertence”, estereotipar reduz, naturaliza e conserta as diferenças, excluindo ou expelindo tudo aquilo que não se enquadra e é diferente.

Com essa intenção e baseado na lei 10.639/03 de inclusão do ensino da História e Cultura Afro, propõe-se este Projeto Experimental Cultural, de circulação social, intitulado Soberanas Negras, a fim de contribuir na desconstrução desse estereótipo vigente, comprovando e afirmando a identidade da mulher negra como soberana, protagonista e não coadjuvante, contribuindo para a melhoria de indicadores de igualdade étnico-racial e de gênero.

A proposta do projeto parte da necessidade de conscientização de jovens e crianças quanto à sua negritude e o seu valor social, através do diálogo e da discussão sobre as relações étnicas nos espaços sociais e educacionais, pois entendemos que

É também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural. Isso vale não somente para a raça, mas também para outras etnicidades marginalizadas, assim como o feminismo e as políticas sexuais no movimento de gays e lésbicas, como resultado de um novo tipo de política cultural. (HALL, 2003,p.338)

Este trabalho compromete-se com a valorização do papel da mulher negra fazedora de cultura na sociedade, enquanto protagonista e não como coadjuvante, enaltecendo o poder da mulher negra santa-mariense em busca de uma sociedade altamente desenvolvida e plenamente democrática, em um papel de compreensão e engajamento na autoafirmação.

O Projeto Experimental Cultural intitulado “Soberanas Negras”, abordará a representação da mulher negra em espaços de poder na cidade de Santa Maria – RS, através da identidade e “empoderamento” da Mulher Negra na sociedade, cuja questão norteadora é: “Quem são e como são representadas

as mulheres negras nos espaços de poder na cidade de Santa Maria?”, considerando um recorte temporal de XX anos.

Para isso, além do planejamento da exposição em si, estudamos os conceitos de Cultura, Identidade, Representação e Identidade Negra, de acordo com o viés dos Estudos Culturais.

O trabalho estrutura-se então, a partir das noções de Cultura e Identidade Negra resgatando o período pós-abolição da escravatura, o surgimento do movimento social negro até chegarmos aos dias de hoje com as políticas de ações afirmativas. Por se tratar de um Projeto voltado para a área cultura, também inserimos noções de Gestão e Produção Cultural, com noções do Sistema Nacional de Cultura e as Leis de Incentivos à cultura nos níveis Nacional, Estadual e Municipal.

## **2. CULTURA E IDENTIDADE NEGRA**

A multiplicidade de objetos de análise contribuiu para caracterizar os Estudos Culturais, o que resulta da convicção de que é impossível abstrair a análise da cultura das relações de poder e das estratégias de mudança social, podendo de forma geral e abrangente, o terreno de sua investigação circunscreva-se aos temas vinculados às culturas populares.

O que vai ao encontro do pensamento de Jonhson (2010, p.96): “reconhecimento de diferenças culturais importantes, especialmente as que atravessam aquelas reações sociais nas quais o poder, a dependência e a desigualdade estejam mais em jogo”.

Hall (2005,p.48) por sua vez, afirma que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”. Nesse sentido, as nações seriam mais do que entes políticos, seriam um sistema de representação cultural, ou seja, a identidade é adquirida conforme a experiência de vida de cada sujeito e internalizada de acordo com sua realidade.

Ao discutir as identidade e mediações culturais da diáspora negra, Hall (2003) atenta para o caráter de contraposição centrado numa essencialização desses elementos de base, que segundo o autor, descontextualiza, pois

[...] des-historiciza a diferença, confunde o que é histórico e cultural com o que é natural, biológico e genético. No momento em que o significante “negro” é arrancado de seu encaixe histórico, cultural e político, e é alojado em uma categoria racial biologicamente constituída, valorizamos, pela inversão, a própria base do racismo que estamos tentando desconstruir.” (HALL, 2003, p.342-6).

O que o autor traz se aproxima da contribuição de Sodré (1983) sobre repertórios afro-brasileiros constituídos nas suas singularidades a partir de dispositivos culturais e étnicos de origem africana, que partem de ampla diversidade.

O conceito de Identidade Negra parte de Sodré (1999)   o de que a concep o de raça utilizada para diferenciar indivíduos com patrim nios genéticos diferentes não existe, o que há são diferentes fenótipos. As etnias são, geralmente, artefatos criados pelos grupos dirigentes para melhor controlar determinadas contradi es sociais. O que contrapõe Munanga (2015, on-line):

“[...] observa que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico.   um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a rela o de poder e de domina o. [...] justificam o uso do conceito como realidade social e política, considerando a raça como uma constru o sociológica e uma categoria social de domina o e de exclusão.”

Motivo pelo qual o proponente do projeto experimental utiliza a expressão raça, pois seu enfoque tem o limite da avalia o do legado africano, ou seja, não basta o reconhecimento de que uma ideia de raça constituía o racismo, mas ter a visão de que a história da popula o negra   muito mais ampla do que o racismo.

Neste contexto, ressalta-se a importância do legado cultural negro, as políticas públicas de a es afirmativas voltadas para a raça negra e a questão do recorte de gênero, são fundamentais, pois estas abordagens estão enraizadas no que podemos chamar de estruturas de sentimento, produ o, comunica o e memória. Conforme Williams (2011):

“[...] um sentido particular da vida, uma especial comunhão de experiência que raramente precisa de expressão, através da qual as características de nossa vida [...] aconteceram de uma certa maneira, dando a elas uma cor particular e especial, [...] um estilo particular e original, [...] firme e forte como uma “estrutura” sugere e opera nos mais delicados e menos reais momentos de nossa atividade.”

Após período de escravidão e com a rejei o da sociedade aos negros, criaram-se movimentos de mobiliza o racial no Brasil, o Movimento Negro, que segundo ADÃO (2002), a impressão da práxis dos africanos seus descendentes, desde a chegada ao Brasil até hoje, são vistos como constru o analítica e não como um fen meno empírico observável.

Entre eles, a imprensa, especialmente, os veículos de comunica o que abordavam questões destinadas ao público negro com temáticas voltadas ao

combate da discriminação racial, entre outros aspectos. As dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores negros, como também, os temas que afetavam a habitação, saúde, educação: direitos básicos estipulados pela Constituição Federal não eram respeitadas.

Em 1930 é criada a Frente Negra Brasileira – FNB que contribui para o ingresso dos negros na política, constituindo-se assim um partido político, movimentando diversos outros grupos de mesmo cunho a participar. Neste contexto as mulheres também passaram por diversos preconceitos, ao contrário do que oferecia a sociedade, o sexo feminino, no movimento negro, tinha participação mais ativa.

Elas estavam presentes nos encontros e reuniões, assumiam diferentes funções, realizavam diversos trabalhos, organizavam festas, bailes e demais comemorações. As mulheres, naquela época, não costumavam ter oportunidades como essa, o comum era que fizessem apenas o serviço em casa, que era o modelo de mulher na sociedade e que foi cultivado por várias décadas.

Com o decreto do Estado Novo, por Getúlio Vargas, os movimentos negros perderam parte do seu espaço na sociedade, entretanto o Teatro Experimental do Negro - TEN foi uma exceção na época. Fundado por Abdias do Nascimento, ativista do movimento negro, deputado, secretário estadual e senador, além de ator e escultor, produziu obras para evidenciar o combate à discriminação racial, também aceitou o dia 20 de novembro como data oficial da Consciência Negra.

Em pleno período da Ditadura, O Teatro passou a ser uma entidade organizada, de forma a proporcionar cursos, grupos musicais, times de futebol, serviços na área da saúde, educação. Além do TEN, outras organizações precisaram se transformar em entidades que gerassem entretenimento, as que tinham o viés racial, se articularam a fim de ensinar a dança, a história e a cultura negra, influenciando comunidades negras de periferia.

Paralelo a isto, a música foi outro fator importante nesta intervenção, além do Soul Music dos negros americanos, o funk passou a fazer parte dos bailes nas sedes das escolas de samba, e posteriormente adotados pelos compositores e cantores brasileiros, como Tim Maia e Toni Tornado.

Outros elementos e movimentos também persuadiram o estilo e modo de agir dos negros brasileiros que apoiados entre si passaram a valorizar a beleza negra, o uso do cabelo Black Power e rastafáris, sapatos com saltos e as calças estilo “boca de sino” colaboraram para repensar os valores e fortalecer a identidade dos negros no Brasil.

Entre 1970 e 1980 outras entidades de defesa a questão racial foram criadas, incluindo o movimento de mulheres negras, o GELEDÉS<sup>1</sup>, com a pretensão de combater a desvalorização das mulheres negras e o racismo, mas só em 1988 quando é reestabelecido o Estado Democrático de Direito que passa a vigor a igualdade de direitos e criminalização do racismo.

A década de 1990 foi conhecida como uma etapa de luta, as entidades a favor do negro discutiram as medidas contra o racismo e a desigualdade racial, resultando em 1995 um destaque para os movimentos negros que articulados construíram a Marcha Zumbi + 10, onde seus militantes levaram reivindicações para o Presidente da República que cria o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, através do decreto s/nº de 20 de novembro de 1995.

No ano de 2003, o então Presidente da República Luiz Inácio da Silva, Lula, cria a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - SEPPIR e implementa através da Secretaria, as políticas públicas de ações afirmativas.

Objetivando o combate às discriminações, essas medidas aumentam a participação de grupos nos diversos campos da sociedade como educação e emprego e incentivam a igualdade entre as raças, através de alguns programas de inclusão social baseados em leis e estatutos criados nas políticas afirmativas: a Lei 10.639/93 fala sobre a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em instituições de nível fundamental e médio, Lei 12.288/10 institui o Estatuto da Igualdade Racial e Lei 12.711/12 com cotas para entrada de negros nas universidades.

A questão de gênero, paralelo ao contexto histórico, é um conceito integrante da construção da identidade do sujeito, uma vez que não nega as características biológicas e contribui para reconhecer que a desigualdade entre homens e mulheres é construída no social, pois é uma forma de averiguar como as características sociais são vistas, entendidas e representadas.

Sendo assim, percebe-se que é pertinente trazer a discussão racial com recorte de gênero, visto que Crenshaw (2002) afirma que a discriminação racial é frequentemente marcada pelo gênero, pois as mulheres negras podem vivenciar experiências discriminatórias, além de outros tipos de violências e abusos de maneira diferente dos homens. De modo que, considerar a raça no contexto da discussão de gênero é trazer à tona não só a discriminação racial, mas a discriminação racial associada à de gênero.

---

<sup>1</sup> É originalmente uma forma de sociedade secreta feminina de caráter religioso existente nas sociedades tradicionais iorubas. Expressa o poder feminino sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem estar da comunidade.

A diferença entre mulheres negras e não negras é ressaltada pelo famoso mito da fragilidade feminina como denuncia Carneiro (s/d), a mulher negra não é referenciada por esse mito:

“Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. [...] Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. (CARNEIRO, s/d, p. 1 – 2)”

A rotulação sobre as mulheres negras, como a questão sexual, inferioridade, e agressividade, ainda são reproduzidas pela mídia, ressalvam-se algumas produções culturais, os movimentos sociais, principalmente das feministas negras, e as políticas públicas que, significativamente, produzem um contra discurso e buscam a desconstrução dessa imagem.

Com este objetivo, propõe-se a exposição fotográfica “Empoderamento da Mulher Negra em Santa Maria”, através de um projeto experimental cultural, a fim de retratar a mulher negra de forma empoderada, para isso, busca-se na sociedade santa-mariense perfis de mulheres negras que através de seu histórico de vida, enquanto figura materna de referencia para transmitir o empoderamento para gerações futuras.

### **3. GESTÃO E PRODUÇÃO CULTURAL**

Nos últimos tempos, temos um avanço na área cultural muito intenso devido à sociedade perceber e utilizar essa temática como forma de empreender e inovar, gerando um desenvolvimento tanto econômico como social para o país.

É papel do Estado, segundo sua legislação, atuar como regulador das iniciativas culturais, e não apenas como patrocinador ou executor de projetos mediante a utilização de financiamento público, ele deve oportunizar o acesso à cultura para qualquer indivíduo.

Nesse sentido, buscamos embasamento nas Leis de Incentivo à Cultura - LIC, especificamente, ao financiamento da ação cultural na esfera nacional e incentivos fiscais nas instâncias estadual (Rio Grande do Sul) e municipal (Santa Maria), considerando o entorno da legislação de incentivo cultural no País.

O Brasil, na área da cultura, organiza-se de forma político-administrativa através do Ministério da Cultura - MinC<sup>2</sup> que, tem o objetivo de desenvolver políticas de fomento e incentivo nas áreas de letras, artes, folclore e nas diversas formas de expressão da cultura nacional, bem como preservar o patrimônio histórico, arqueológico, artístico e nacional.

Os projetos desenvolvidos pelo MinC estão fundamentados no Plano Nacional da Cultura que está embasado em três dimensões: como fator simbólico - que está em transformação; como direito à cidadania, sem privilégios ou exclusões (dimensão social); e como economia, enquanto seguimento produtivo da sociedade.

O ministério apoia projetos culturais por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91), a Lei Rouanet, da Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685/93) e também por editais para projetos específicos, lançados periodicamente.

Para que se tenha a garantia do fomento à diversidade cultural presente no país e que se promova a liberdade de criação, concebido pela LIC temos o Fundo Nacional de Cultura - FNC visando garantir também apoio financeiro para essa variedade de expressões culturais.

Na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, a cultura é abordada no Capítulo III, destacando o país como protetor das manifestações populares, indígenas, afro-brasileiras e de outras etnias que compõem a formação da população brasileira.

No Rio Grande do Sul, a cultura é potencializada pela Secretaria de Estado da Cultura<sup>3</sup>, que aposta no crescimento do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), mecanismo de fomento direto e democrático do Pró-cultura RS, para estimular todos os setores e etapas que envolvem os processos criativos nas diversas regiões do estado.

O Pró-Cultura foi Criado em 2010, através do Projeto de Lei nº 6.722 que institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Pró-Cultura) como o novo marco regulatório que substituirá a Lei Rouanet, tornando mais igualitária a distribuição de verba para a cultura entre estados e municípios, como também aos produtores independentes ou de pequeno porte.

Além de contribuir com investimento financeiro, a Secretaria atua em outros pontos importantes para o desenvolvimento da cultura, como a capacitação dos agentes, artistas e produtores, oportunizando e ofertando o conhecimento para irem à busca de novas experiências e disseminar sua arte.

---

<sup>2</sup> De acordo com o site do Ministério da Cultura <http://www.cultura.gov.br/>

<sup>3</sup> De acordo com o site da Secretaria de Estado da Cultura do RS. <http://www.cultura.rs.gov.br/v2/>

Santa Maria - RS, por ser uma cidade universitária, recebe a cada ano novos moradores, que trazem novos hábitos culturais de diversas regiões, tanto ao redor da cidade quanto de outros estados, tornando-se fator decisivo para o desenvolvimento econômico do município.

A proposta cultural da administração de Santa Maria, Secretaria de Cultura do Município, tem uma perspectiva que articula as dimensões da cultura propostas pelo MinC, ganhando espaço na estrutura de financiamento público nos últimos anos, e é um dos pilares do Plano Nacional de Cultura.

### **3.1 Sistema Nacional e Municipal de Cultura**

O Sistema Nacional de Cultura - SNC é um processo de gestão e promoção de iniciativas na área cultural, entre as três instâncias do poder executivo (federal, estadual e municipal) com a sociedade, seu foco é implementar de maneira democrática às políticas culturais.

O Ministério da Cultura criou esse sistema, a fim de descentralizar o desenvolvimento cultural do país, articulando os estados e suas cidades para aderirem o SNC para a implementação da estrutura cultural exigida pelo próprio MinC.

Desse modo, os municípios devem, em sua estrutura administrativa, conter Secretaria de Cultura, um Conselho de Política Cultural, uma conferência periódica de cultura, um Plano de Cultura e um sistema de financiamento, assim a população local tem espaço para participar das decisões através dos conselhos e conferências.

Em Santa Maria, O Conselho Municipal de Cultura foi criado pela Lei Municipal nº 4.166, de 26 de junho de 1998. Através da Portaria nº 031/00, de 25 de setembro de 2000, o prefeito municipal de Santa Maria nomeou os conselheiros da entidade.

O Plano Municipal de Cultura de Santa Maria, reformulado recentemente pelo conselho, em sua proposta oferece a manutenção e qualificação do que já está consolidado e a construção de novos projetos que visam à descentralização da cultura.

A cidade segue em busca de qualificar os espaços ligados à Secretaria de Município da Cultura, como: o Centro de Atividades Múltiplas, o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, a Biblioteca Pública Municipal Henrique Bastide, o Museu de Artes de Santa Maria e outros locais de manifestação das artes na cidade, onde incluímos o Theatro Treze de Maio, a Casa de Cultura e o Largo da Gare.

Destaca-se nesta área, o Sistema Municipal de Arquivos, aprovado pelo Decreto Executivo nº 120, de 18 de outubro de 2011, responsável pela

organização sistêmica das atividades de administração e proteção do patrimônio arquivístico de Santa Maria, na esfera da documentação pública.

A cidade possui também um Sistema Municipal de Museus, o terceiro do país, composto por 16 espaços museológicos diferenciados, sendo referência internacional na área de museologia comunitária, por possuir um museu comunitário, o Museu Treze de Maio, antiga Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, Clube Negro da cidade, que no ano de 2014 foi premiado, através de sua ex-Diretora Técnica Giane Vargas Escobar, com o *International Museum Prize Winner 2014*, prêmio do Museum Horizon, fundação internacional que tem o objetivo de promover a inovação nas estruturas museológicas.

### **3.2 Leis de Incentivos à Cultura - LIC.**

Resultado das reivindicações da classe artística do país, na década de 1990 foram criadas as Leis de Incentivo à Cultura como instrumentos para a viabilização das políticas e ações culturais de forma democrática.

As leis de incentivo à cultura propõem segundo Lisboa Filho, et al. (2015) aos empresários (pessoas jurídicas) que pagam impostos (imposto de Renda, ICSM, IPTU, etc) o investimento de uma parte do valor devido ao governo para o financiamento de um projeto cultural. Esse valor investido será descontado (abatido) do valor total do imposto a ser pago por essa empresa ou indivíduo. Assim, apesar do empresário ou indivíduo escolher o projeto a ser beneficiado com o recurso, a verba que está sendo utilizada para incentivar o projeto cultural é verba pública em sua grande parte, visto que a mesma está deixando de ir para os cofres públicos, o que aconteceria caso fosse pago o imposto na íntegra.

No Brasil, o Ministério da Cultura apoia os projetos por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura – Lei nº8313/91, conhecida como Lei Rouanet, homenagem a Sérgio Paulo Rouanet – Ministro de Cultura de quando foi criada a Lei, que instituiu o Pronac -Programa Nacional de Apoio à Cultura, que possibilita duas opções de financiamento: Renúncia Fiscal e o Fundo Nacional de Cultura (FNC).



Figura 1 – Lei Rouanet

Fonte: <http://www.cultura.gov.br/projetos-incentivados>

Neste trabalho, sintetizamos de forma literal as legislações em nível federal, estadual e municipal, com a finalidade de embasar o trabalho para melhor entendimento da parte legal de projetos culturais e seus financiamentos, o texto apresentado, em partes possui comentários sobre as legislações.

Segundo a Lei Rouanet<sup>4</sup>, os projetos culturais podem ser enquadrados no artigo 18 ou artigo 26. Quando o projeto é contido no artigo 18, o patrocinador poderá aplicar 100% do valor investido, desde que respeitado o limite de 4% para pessoa jurídica e 6% para pessoa física.

Art. 18. Com o objetivo de incentivar as atividades culturais, a União facultará às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda, a título de doações ou patrocínios, tanto no apoio direto a projetos culturais apresentados por pessoas físicas ou por pessoas jurídicas de natureza cultural, como através de contribuições ao FNC, nos termos do art. 5º, inciso II, desta Lei, desde que os projetos atendam aos critérios estabelecidos no art. 1º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 9.874, de 1999)

§ 1º Os contribuintes poderão deduzir do imposto de renda devido as quantias efetivamente despendidas nos projetos elencados no § 3º, previamente aprovados pelo Ministério da Cultura, nos limites e nas condições estabelecidos na legislação do imposto de renda vigente, na forma de: (Incluído pela Lei nº 9.874, de 1999)

a) doações; e (Incluída pela Lei nº 9.874, de 1999)

b) patrocínios. (Incluída pela Lei nº 9.874, de 1999)

<sup>4</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8313cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8313cons.htm)

§ 2º As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real não poderão deduzir o valor da doação ou do patrocínio referido no parágrafo anterior como despesa operacional (Incluído pela Lei nº 9.874, de 1999).

§ 3º As doações e os patrocínios na produção cultural, a que se refere o § 1º, atenderão exclusivamente aos seguintes segmentos: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)

a) artes cênicas; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)

b) livros de valor artístico, literário ou humanístico; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)

c) música erudita ou instrumental; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)

d) exposições de artes visuais; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)

e) doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem como treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)

f) produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual; e (Incluída pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)

g) preservação do patrimônio cultural material e imaterial. (Incluída pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)

h) construção e manutenção de salas de cinema e teatro, que poderão funcionar também como centros culturais comunitários, em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes. (Incluído pela Lei nº 11.646, de 2008)

O patrocinador, que apoia um projeto integrado no artigo 26, poderá descontar, em seu imposto de renda, o percentual equivalente a 30% para pessoa jurídica (no caso de patrocínio) / 40% (no caso de doação) e 60% para pessoa física (no caso de patrocínio) / 80% (no caso de doação).

Art. 26. O doador ou patrocinador poderá deduzir do imposto devido na declaração do Imposto sobre a Renda os valores efetivamente contribuídos em favor de projetos culturais aprovados de acordo com os dispositivos desta Lei, tendo como base os

seguintes percentuais: (Vide arts. 5º e 6º, Inciso II da Lei nº 9.532 de, 1997)

I - no caso das pessoas físicas, oitenta por cento das doações e sessenta por cento dos patrocínios;

II - no caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, quarenta por cento das doações e trinta por cento dos patrocínios.

§ 1º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá abater as doações e patrocínios como despesa operacional.

§ 2º O valor máximo das deduções de que trata o **caput** deste artigo será fixado anualmente pelo Presidente da República, com base em um percentual da renda tributável das pessoas físicas e do imposto devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

§ 3º Os benefícios de que trata este artigo não excluem ou reduzem outros benefícios, abatimentos e deduções em vigor, em especial as doações a entidades de utilidade pública efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas.

§ 4º (VETADO)

§ 5º O Poder Executivo estabelecerá mecanismo de preservação do valor real das contribuições em favor de projetos culturais, relativamente a este Capítulo.

A diferença entre doação e patrocínio é que, na doação, o investimento é realizado em uma empresa sem fins lucrativos, enquanto que, no patrocínio, o investimento é feito em uma empresa com fins lucrativos. Outra diferença está na forma de abatimento do Imposto de Renda. No artigo 18, não é possível abater o investimento como despesa operacional, porém no artigo 26 é. Abatendo como despesa operacional, o investidor amplia seu incentivo em cerca de 25%.

De acordo com a Receita Federal, são operacionais as despesas não computadas nos custos, necessárias à atividade da empresa e à manutenção da respectiva fonte produtora. As despesas operacionais admitidas são as usuais ou normais no tipo de transações, operações ou atividades da empresa, entendendo-se como necessárias as pagas ou incorridas para a realização das transações ou operações exigidas pela atividade da empresa.

### **3.2.1 Regulamentação**

A Instrução Normativa (IN) nº 1, de 09 de fevereiro de 2012, regula procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução,

acompanhamento e prestação de contas de propostas culturais, relativos ao mecanismo de incentivos fiscais da Lei Rouanet.

De acordo com o artigo 13 da IN, a admissão de novas propostas está limitada, durante o ano, em 6.300, e respeita os limites por área cultural: nas Artes Cênicas, o limite é de 1.500 projetos; nas Artes Visuais, até 600 projetos; em Humanidades, até 900 projetos; na Música, até 1.500 projetos; no Patrimônio Cultural, o limite é de 600 projetos; e no Audiovisual é de 1.200 projetos. A medida atende ao princípio da não concentração, exigido pelos órgãos de controle e já é prevista no artigo 19 da Lei Rouanet.

### **3.2.2 Cadastramento**

As propostas culturais devem ser apresentadas entre 1º de fevereiro e 30 de novembro de cada ano.

1º passo: Cadastramento de usuário do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (SalicWeb), disponível no site do Ministério da Cultura ([www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br))

2º passo: Preenchimento dos formulários disponibilizados no SalicWeb e anexação em meio digital (PDF) de documentação obrigatória, de acordo com o objeto da proposta.

3º passo: Envio da proposta via SalicWeb para análise dos pareceristas do Ministério da Cultura.

### **3.2.3 Tramitação da análise**

Após o cadastramento, as propostas recebem exame de admissibilidade e, se acatadas, transformam-se em projetos (recebem um número de Pronac) e são encaminhadas às unidades técnicas vinculadas ao Sistema MinC, de acordo com suas competências regimentais. As unidades técnicas encaminham então o projeto para um parecerista credenciado no Banco de Pareceristas do MinC.

O Banco de Pareceristas do Ministério da Cultura é composto por profissionais com especialização nos diversos segmentos culturais existentes e foi formado por meio de edital de credenciamento nos anos de 2009 e 2010.

Após parecer, o projeto retorna à unidade técnica para validação e posteriormente é submetido à Comissão Nacional de Incentivo à Cultura - CNIC, que subsidiará decisão da ministra de Estado da Cultura, com aprovação ou indeferimento do projeto.

A CNIC é composta por representantes (21 integrantes, entre eles sete titulares e 14 suplentes) de artistas, empresários, sociedade civil e do Estado, a CNIC é órgão colegiado de assessoramento integrante da estrutura do Ministério da

Cultura e tem, entre outras, a função de subsidiar as decisões do MinC na autorização ou não para captação de recursos com apoio da renúncia fiscal.

O Ministério da Cultura definiu que as reuniões aconteçam em diferentes regiões do país, pois além de analisar projetos, os componentes da CNIC visitam projetos que têm incentivos da Lei Rouanet, de forma a interagir e conhecer mais de perto o que está sendo avaliado e fornecer subsídios para futuras análises de projetos similares que possam ser apresentados.

Como consequência desta itinerância, produtores culturais são estimulados a apresentar propostas para tentar captação por meio de incentivo fiscal, à medida que as reuniões da Comissão se realizam nessas diferentes regiões, garantindo, assim, mais diversificação na natureza e origem dos projetos.

### 3.2.4 Tramitação simplificada da proposta



Figura 2 – Trâmites dos projetos

Fonte: <http://www.cultura.gov.br/projetos-incentivados>

O proponente poderá acompanhar no SalicWeb a tramitação da proposta por meio do "Espaço do Proponente".

Em nível estadual, o Estado instituiu a Lei de Incentivo à Cultura<sup>5</sup> do Estado do Rio Grande do Sul (LIC- RS), Lei nº10846/96. No ano de 2001 foi criado o Fundo de Apoio à Cultura - FAC, Lei nº11706/01, porém em 2010 foi criado o Sistema Estadual unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais – Pró-Cultura RS, composto pela LIC-RS e FAC, com a finalidade de promover a aplicação de recursos financeiros em projetos culturais.

<sup>5</sup> Disponível em <http://www.procultura.rs.gov.br/index.php?menu=legislacao>

O Pró-Cultura RS, Lei nº 13490/10 – atualizada pela Lei nº 14443/14, traz em seu artigo 1º sua finalidade enquanto responsável pelos recursos financeiros oriundos dos incentivos de contribuintes e do FAC destinados aos projetos culturais.

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, o Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais – PRÓ-CULTURA, com a finalidade de promover a aplicação de recursos financeiros decorrentes de incentivos a contribuintes e do Fundo de Apoio à Cultura, em projetos culturais, na forma estabelecida por esta Lei. (Vide Lei n.º 14.028/12)

Parágrafo único - A aplicação dos recursos financeiros do Sistema de que trata esta Lei deverá observar as seguintes diretrizes:

I - distribuição dos recursos entre os diversos segmentos culturais e áreas de interesse cultural;

II - distribuição dos recursos a projetos culturais das várias regiões do Estado;

III - transparência, através da divulgação à sociedade, por intermédio de sítio próprio na Rede Mundial de Computadores, com atualização bimestral, de todas as informações referentes à utilização dos recursos financeiros e sua efetiva aplicação na realização de atividades culturais;

IV - estímulo a novas iniciativas culturais;

V - promoção e facilitação do acesso à cultura pelos diversos segmentos da sociedade riograndense.

O artigo três apresenta as origens dos recursos utilizados pelo sistema e o artigo quarto as áreas de contemplação conforme os projetos culturais.

Art. 3º - Integram o PRÓ-CULTURA recursos financeiros decorrentes das seguintes origens:

I - aplicações em projetos culturais decorrentes de incentivo a contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, realizados nos termos desta Lei;

II - recursos do Fundo de Apoio à Cultura;

III - outros recursos decorrentes de dotações orçamentárias.

Art. 4º - Serão apreciados, com fundamento nesta Lei, os projetos culturais relacionados com:

I – as áreas culturais de:

- a) artes cênicas: dança, teatro, circo e outras manifestações congêneres;
- b) música;
- c) tradição e folclore;
- d) carnaval de rua;
- e) artesanato;
- f) culturas populares; I

I - registro fonográfico;

III - literatura, incluindo as iniciativas relativas a:

- a) feiras de livro;
- b) impressão de livros, revistas, obras informativas, obras de referência e correlatas;

IV - audiovisual, inclusive:

- a) produção de cinema;
- b) produção de vídeo;
- c) novas mídias;
- d) concursos;
- e) eventos de exibição;
- f) outras;

V - artes visuais:

- a) artes plásticas;
- b) “design” artístico;
- c) fotografia;
- d) artes gráficas;
- e) outras;

VI - pesquisa e documentação relativa a patrimônio cultural imaterial;

VII - projeto e execução para preservação e restauração de bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio cultural protegido na forma da lei;

VIII - construção, restauro, preservação, conservação e reforma de centros culturais, bibliotecas, museus, arquivos, salas de cinema, e outros espaços culturais de interesse público, nos limites do art. 6.º, inciso II;

IX - aquisição de acervo.

A Lei Municipal nº 4.017<sup>6</sup>, de 20 de novembro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 325, de 4 de novembro de 1997 e alterada pela Lei nº 4.645/03, de 6 de fevereiro de 2003, institui incentivo fiscal para a realização de projetos culturais no âmbito do município de Santa Maria.

A Lei de Incentivo à Cultura de Santa Maria é um programa de incentivo fiscal que visa a estimular o financiamento de projetos culturais por parte dos contribuintes do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e Imposto sobre Transmissão de Garantia e Cessão de Direitos à sua Aquisição (ITBI), até o limite de 30% (trinta por cento) do valor devido a cada incidência dos referidos tributos, através de Doação, Patrocínio ou Investimento.

A prefeitura, por meio da Secretaria de Cultura, fixa, anualmente, o valor que deverá ser usado como incentivo cultural no exercício, que não poderá ser inferior a 2% (dois por cento) nem superior a 5% (cinco por cento) da receita proveniente do IPTU, ISSQN e ITBI, calculados sobre cada imposto, respectivamente.

#### IMPOSTOS BENEFICIADOS:

IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza

ITBI - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens

#### APLICAÇÃO DO INCENTIVO FISCAL:

Até o limite de 30% do valor devido a cada incidência dos referidos tributos, sendo compensado através de:

DOAÇÃO: abate 100% (cem por cento) sendo vedada a veiculação da marca ou nome do doador no Projeto Cultural;

PATROCÍNIO: abate 100% (cem por cento) acrescido de 10% (dez por cento), sendo esse acréscimo creditado na conta do projeto, podendo o patrocinador veicular o seu nome ou a sua marca no Projeto Cultural;

---

<sup>6</sup> Disponível em <http://www.santamaria.rs.gov.br/cultura/45-lei-de-incentivo-a-cultura-lic>

#### FINALIDADES DA LIC-SM:

Apoiar a criação, produção e valorização das manifestações culturais;

Apoiar ações de preservação e recuperação do patrimônio material e imaterial do município;

Estimular o desenvolvimento cultural do município;

Incentivar a pesquisa e a divulgação do conhecimento;

Incentivar o aperfeiçoamento de artistas na área cultural;

Estimular e promover ações culturais junto à população;

Promover o livre acesso da população aos bens, espaços, atividades e serviços culturais.

#### ÁREAS BENEFICIADAS PELA LIC-SM:

Música e dança;

Teatro, circo e ópera;

Cinema, fotografia e vídeo;

Literatura;

Artes plásticas e artes gráficas;

Folclore e artesanato;

Acervo de patrimônio histórico;

Museologia;

Bibliotecas

#### INSTÂNCIAS DA LIC-SM:

Coordenação da LIC-SM;

Comissão Normativa;

Secretária de Município da Cultura - encarregada pela direção geral do Sistema LIC-SM;

Conselho Municipal de Cultura de Santa Maria;

#### FASES DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS CULTURAIS:

Protocolo;

Análise Técnica do Projeto (Coordenação da LIC-SM);

Análise de Aprovação e Regulamentação (Comissão Normativa);

Assinatura do Termo de Ciência e Conhecimento de Responsabilidade (Empreendedor Cultural);

Expedição do Certificado de Aprovação e Autorização para Captação de Recursos (SMC);

Busca do incentivador pelo Empreendedor Cultural;

Assinatura do Termo de Compromisso entre Incentivador e o Empreendedor Cultural.

Assinatura do Certificado de Incentivo pela Secretária de Município da Cultura e Secretária de Finanças.

#### VALOR MÁXIMO SOLICITADO POR PROJETO:

Não poderá superar o percentual de 7%, do montante global destinado anualmente ao sistema LIC-SM.

#### **PRAZOS:**

Para Apresentação de Projetos: inscrever os projetos na abertura do protocolo pela Secretaria de Município da Cultura, somente poderão ser protocolados, no máximo três projetos culturais por Empreendedores Culturais previamente cadastrados;

Para protocolar Certificados de Incentivo/Termo de Compromisso: inicia no primeiro dia útil do ano de execução do projeto, encerrando trinta (30) dias após a execução do projeto, desde que não haja um comprometimento da renúncia fiscal do ano subsequente;

Prazo de Vigência do Projeto: será contado a partir da data de assinatura do Termo de Ciência e Conhecimento de Responsabilidade pelo Empreendedor Cultural até o último dia útil do mês de dezembro do ano de execução do projeto;

Para prorrogação da execução do projeto: o prazo para execução do projeto poderá ser prorrogado desde que ele seja realizado no mesmo ano já previsto para sua execução;

Para Prestação de Contas: até 60 dias após o prazo de encerramento da vigência do projeto.

Como forma de exercício, o projeto experimental deste trabalho, será apresentado nos próximos capítulos, no modelo de formulário utilizado para concorrer a Lei de Incentivo Municipal disponibilizado pela Secretária de Cultura do Município.

## **4. METODOLOGIA**

A sociedade, historicamente, rotulou o negro como um povo subalterno e subdesenvolvido, devido à atual situação em que os afrodescendentes se encontram em nosso país. Em decorrência de fatos históricos, sociais e culturais são necessárias iniciativas de valorização e afirmação da identidade negra, pois, conforme GILROY(2012) “os negros percebidos como agentes, como pessoas com capacidades cognitivas e mesmo com uma história intelectual – atributos negados pelo racismo moderno.”

Deste modo, cria-se um projeto experimental cultural, com o intuito de proporcionar visibilidade e desconstruir o estereótipo imposto aos negros, especificamente, às mulheres negras, com dezesseis histórias de mulheres negras empoderadas através do legado de mãe e filha.

### **4.1 Análise Cultural**

O processo metodológico parte, de uma análise cultural, que embasa o projeto intitulado Soberanas Negras, através de Raymond Williams (2003), que apresenta três categorias gerais para examinar cultura.

Na primeira delas, a ideal, a cultura é entendida como um processo de perfeição humana, nos termos de certos valores absolutos e universais, a partir dela, entende-se a cultura de maneira ampla, com o descobrimento e descrição, nas obras e na vida social, de valores de ordem atemporal que fazem referência a uma condição humana universal.

A segunda categoria denomina-se documental, a cultura existente, pode ser pensada através das obras intelectuais e imaginativas, em que se registra o pensamento e a experiência humana, através desta categoria, podem-se produzir provas específicas sobre a organização social estudada. Inicia-se aqui o planejamento da exposição fotográfica, a fim de termos os registros de fotografias com a temática de mulheres negras “empoderadas”, desconstruindo o estereótipo internalizado e julgado pela sociedade, perante estas mulheres.

A terceira e última categoria, intitulada social, diz respeito à descrição de determinado modo de vida, parte da interação, do relacionamento que, segundo Williams (2003,p.52) “expressa certos significados e valores não somente na arte e na aprendizagem, mas também nas instituições e no comportamento ordinário”. Centra-se aqui, a história de vida das mulheres selecionadas para a exposição, o legado positivo passado para futuras gerações, como elas se sentem representadas, juntamente, com o diálogo e a discussão sobre as relações étnicas nos espaços sociais e educacionais, além da percepção sobre a produção e o conceito que as fotografias expressarão perante o público, baseado no empoderamento das escolhidas, que demonstrem sua imagem enquanto protagonista e fazedora de cultura.

## **4.2 Seleção das Mulheres Negras**

Para selecionar as participantes, começamos a analisar um amplo conjunto de informações sobre as desigualdades de gênero e raça existentes na sociedade brasileira, a proposta é colocar à disposição da sociedade – movimentos sociais, gestores públicos e acadêmicos – histórias que permitam construir um retrato de reconhecimento e visibilidade de mulheres negras na cidade de Santa Maria.

Partindo do pressuposto de que existem inúmeras categorias que se interseccionam e produzem, de forma simultânea, condições específicas de exclusão e discriminação para grupos também específicos, há o entendimento de que mulheres negras vivem, de forma diferenciada, sua inserção na sociedade, quando comparadas a mulheres brancas ou a homens negros, por exemplo.

Considerando também, que estas categorias somam-se a outras, como as de classe social, territorialidade ou geração, contribuindo para a conformação de um quadro de desigualdades muito particular da sociedade brasileira.

Dessa iniciativa surge o projeto experimental intitulado Soberanas Negras que retrata o “empoderamento” da Mulher Negra, trabalhando com a questão de igualdade, raça e gênero através do viés geracional, contendo informações a respeito de mulheres negras e suas filhas.

Nesse sentido, este trabalho traz relevantes questões sobre as condições de vida das mulheres negras santa-marienses, desenvolvidas a partir de referenciais de inserção social, como legado de mãe para filha. Cada selecionada elaborou um relato pessoal com importantes reflexões sobre suas vidas e/ou currículos profissionais, com suas experiências enquanto mulheres, negras, que vivem em uma sociedade ainda fortemente marcada pelos preconceitos e desigualdades.

As doze mulheres selecionadas são naturais da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, e apresentam em seus históricos de vida, além da auto declaração como mulher negra, a contribuição para uma transformação da consciência social, seja da cidade como um todo ou, especificamente, de uma comunidade tanto periférica, como central.

Suas histórias estão interligadas pelo aspecto geracional, pois o enredo apresentado por elas demonstra o empoderamento de suas filhas, com a particularidade da essência materna, a mãe que conseguiu sua inserção social, contribui para a inserção de sua filha, na sociedade.

Como o foco deste trabalho é no empoderamento das mulher negra e respeitamos sobre tudo sua auto representação ou apresentação por elas referendadas; optamos por manter os textos por elas enviados na íntegra, salvo alguns ajustes linguísticos.

Os perfis selecionados para integrar a exposição foram os seguintes:

- Suzete Xavier e suas filhas Mariane Amanda.
- Vera Lúcia Marques da Silva e sua filha Cassiana Marques da Silva
- Djalмира De Freitas Rosa e sua filha Deborah Rosa
- Maria Rita Py Dutra e suas filhas Tatiana Karina Py Dutra e Patricia Rosane Py Dutra
- Giane Vargas Escobar e Geanine Vargas Escobar.

**Suzete Xavier**, carinhosamente conhecida como Suzi Xavier, que desde a infância aprendeu a lutar pelos seus direitos, devido ao preconceito que sofria na escola por parte dos colegas, formando um grupo de amigos negros para juntos enfrentar os que lhes insultavam devido a cor da pele, até que no ano de 1973, entrou para o Grêmio Estudantil de sua escola, onde começou de fato estudar e a conhecer a história do negro. Após o término dos estudos básicos,

trabalhou como lojista na adolescência e frequentava a Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, o Clube Social Negra da cidade de Santa Maria.

Em 1998, começou o desenvolvimento espiritual mediúnico em um Centro de Umbanda, após 8 anos, nos fundos de sua casa montou seu Congá e trabalhou, levando caridade as pessoas, com seus Mestres Espirituais Xangô Sete Pedreiras , o Preto velho Pai Congo de Aruanda, a Pomba Gira Maria Padilha Rainha das Almas e o Sr. Exú Gira Mundo. Viveu intensamente sua espiritualidade, dividindo o tempo entre sua casa, marido ( casada desde 1987, com Ivan Xavier), suas filhas Amanda e Mariane, o curso técnico de gestão Pública e Empreendedorismo e a presidência da escola de samba Mocidade Independente das Dores, onde realizou um trabalho social intenso com a comunidade da periferia que lá frequentava, isso lhe trouxe novamente a luta para colocar as meninas e alguns meninos num patamar de autovalorização.

Com a escola de samba, sagrou-se campeã do carnaval de rua de Santa Maria em 2011, em 2014, por motivos de saúde encerrou seus trabalhos espirituais e fundou o bloco de carnaval Associação Tom Maior, onde exerce a segunda gestão como Presidente, onde realiza vários trabalhos sociais, além de jantares e bailes.

Suas filhas acompanharam a trajetória da mãe, **Mariane da Silva Xavier**, 26 anos, atualmente, reside em Esteio - RS, é Enfermeira e doutoranda do programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sua área de pesquisa é a Saúde Mental.

Sua infância e juventude tiveram a presença constante de seus pais, no período escolar (Ensino Fundamental) sua mãe conferia seus cadernos, e quando as atividades não estavam bem realizadas, destacava as folhas de seus cadernos e Mariane tinha que refazer as atividades, aliado a isso, cresceu vendo seu pai estudar, ele é Biólogo e especialista em Saúde Pública e Educação Ambiental.

Foi Rainha de Bateria de duas Escolas de Samba de Santa Maria e Princesa das Baterias da mesma Cidade. Após, deixou de participar das Escolas de Samba e, juntamente, com sua família e amigos fundou a Associação Tom Maior, na qual ajudou em algumas ações sociais e eventos.

**Amanda Xavier** é a outra filha de Suzete, 24 anos, teve uma educação onde tinham regras a cumprir. Seus pais falavam que obedecendo às regras de casa, elas estariam prontas para a vida quando saíssem de casa e seus futuros estariam garantidos.

Antes de ingressar em uma faculdade, seu objetivo era ser aprovada em um concurso público para obter sua independência financeira. Como sempre teve uma admiração pela Cavalaria da Brigada Militar, em 2012 acabou por

optar em fazer o concurso público da Brigada Militar. Hoje mora em Porto Alegre, é uma Policial Militar da Policia Montada. Seus planos é em 2016 cursar a faculdade de Direito, pois pretende fazer carreira.

Entre as selecionadas também está **Vera Lúcia Marques da Silva**, 57 anos, nasceu na cidade de Santa Maria, filha de Eva Athayde Marques e João da Silva Marques, sua infância foi compartilhada com seus seis irmãos, sua condução de vida e seus valores refletem na educação transmitida por sua avó materna Albertina Athayde Marques. Durante a juventude frequentava a Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, Clube Negro da cidade, onde integrou o Departamento Jovem do Clube e, posteriormente, já casada foi diretora social, juntamente, com seu marido Sérgio Roberto da Silva.

Na fase adulta, integrando a Escola de Samba Associação Artística e Cultural Vila Brasil, passou por diversas gestões da escola, com cargos de tesoureira, diretora social, passando a Presidência do ano de 2000 até 2006, da qual entregou a direção sendo campeã do carnaval de rua de Santa Maria, durante seu mandato desenvolveu um trabalho social com a comunidade na qual a escola está inserida, com projetos educacionais e de valorização da autoestima de jovens e crianças com oficinas de percussão e samba, projetando a preparação de novos talentos para o futuro da agremiação.

Foi Conselheira Municipal do mandato do Prefeito de Santa Maria Valdeci Oliveira, participou do Conselho do leitor do Jornal Diário de Santa Maria do grupo RBS, foi Vice-Presidente do Clube de Atiradores Santamariense.

É membro da Casa da Amizade de Santa Maria, ocupando o cargo de Secretária na gestão de 2014, e atualmente é Vice Tesoureira da gestão 2015-2016, é mãe de 4 filhos, Cassiana Marques da Silva (funcionária pública), Mateus Marques da Silva (empresário), Leonardo Marques da Silva (funcionário Público) e Sérgio Marques da Silva (formando em Relações Públicas).

Sua filha **Cassiana Marques da Silva**, 35 anos, na infância, teve algumas oportunidades de representar a beleza negra em alguns concursos de beleza na cidade na de Santa Maria e no universo do samba. Em 1988 foi Rainha Infantil do Clube União Familiar, clube que nos primórdios representava a sociedade negra de Santa Maria, em 1989 foi Rainha Infantil da Escola de Samba Vila Brasil, a qual é integrante ativa desde o ano de 1987 (seu primeiro desfile).

Traça até os dias atuais sua caminhada junto à escola, sendo a porta estandarte até os dias atuais. Recebeu o Estandarte de Ouro como melhor porta estandarte do carnaval santa-mariense em 2006. No ano de 2010 foi

membro da diretoria da escola, respondendo junto ao cargo de secretária geral. Na área da beleza, no ano de 1989 foi Rainha Infantil do Balneário Parque Serrano, participou do concurso Miss Santa Maria em 1990, o qual ficou com a sexta colocação num universo de mais de 20 candidatas. Na vida escolar, participou de alguns concursos internos consagrando-se vitoriosa, Gatinha do Colégio Perpétuo, Mais bela Caipirinha da Escola.

Sua caminhada estudantil perpassou por algumas instituições de ensino, concluiu o ensino médio e ingresso na faculdade de Pedagogia no Centro Universitário Franciscano, concluindo o curso no ano de 2002, em paralelo concluiu sua primeira Pós Graduação em Gestão Estratégica do Conhecimento nas Organizações, na mesma Instituição.

Sua vida profissional teve início no Centro de Apoio à Criança com Câncer – CACC, como Coordenadora Administrativa da instituição, posterior, foi docente na Educação Infantil no Serviço Social da Indústria- SESI. Também trabalhou como Pedagoga junto a Fundação de Apoio a Tecnologia e Ciência – FATEC – UFSM. Nesse tempo concluiu sua segunda especialização em Gestão e Supervisão Escolar pela Faculdade Internacional de Curitiba - Facinter.

Foi aprovada em concurso público para o cargo de docente nas séries iniciais no município de Santa Cruz do Sul – RS. Retornou para a cidade de Santa Maria, sua terra natal, para atuar como docente na rede estadual de educação, no município de São Martinho da Serra. Em 2010, foi aprovada no concurso público para Pedagogo na Educação da Universidade Federal de Santa Maria.

Desde 2010 desempenha suas atividades como pedagoga no Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, localizado na cidade de Frederico Westphalen- RS. Atualmente é mestranda no Programa de Pós Graduação em Administração – Mestrado Profissional em Gestão das Organizações Publica na UFSM. Na instituição participa de diferentes atividades e comissões, está lotada na Assessoria Pedagógica.

Atuante no movimento sindical de sua categoria – Sindicato dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, nos últimos dois anos foi integrante da diretora do mesmo, membro em 2013 da comissão nacional eleitoral do sindicato.

Djalмира De Freitas Rosa, a artista plástica conhecida como Deja Rosa, é desenhista, pintora e decoradora de interiores. Graduiu-se em artes plásticas em 1974 e 1975 em arte decorativa pela Universidade Federal de Santa Maria. Foi professora de ensino médio da escola estadual Cilon Rosa durante 25 anos com um projeto em artes integradas artes, música e cênicas.

Ministrou cursos de desenho e pintura nas cidades de São Sepé, Júlio de Castilhos e São Pedro no período de 5 anos levando a arte e os processos de desenho e pintura.

É sócia fundadora da Associação dos Artistas Plásticos de Santa Maria. Em seu ateliê, ministrou cursos durante 25 anos, formando pesquisadores em Processo das Artes Visuais, atualmente, mora em Porto Alegre onde faz parte da equipe da casa criativa, em que fornecidos cursos de conhecimentos sobre a música e as artes plásticas.

Desde 1985 participa de exposições individuais e coletivas, tendo recebido menção honrosa em desenho no II Salão Cidade De Santa Maria menção honrosa em pintura pela Associação De Pintura Artística –AGAPA – Porto Alegre/ RS em 1996 e 1998 e prêmio destaque nos anos de 1992,1994,1995,1998,2002,2003 ,2005,2007,2009 e 2011.

Possui publicações no Catálogo de Arte Brasil, Catálogo Artistas Plásticos do Rio Grande do Sul-Associação Francisco Lisboa-POA, Dicionário das Artes Plásticas do RGS, Revista e Catálogo D'ARTIS, Capa Ilustração XVIII-Concurso Felipe de Oliveira, Capa Seminário–Pós Graduação Universidade de Passo Fundo- RS, Calendário anual Santa Maria Shopping - 2015 e 2016.

A artista plástica, Deja Rosa é mãe de três filhos, Daniela Rosa (funcionária pública federal), Deborah Rosa (Relações-Públicas e cantora) e Danilo Rosa (músico e professor).

De uma família de artistas, avô materno compositor, pai seresteiro, mãe Artista Plástica e irmão guitarrista, **Deborah Rosa** tem como berço artístico a cidade Santa Maria. É cantora e intérprete e reconhecida pelo seu talento em esfera regional. Bacharel em Comunicação Social, Relações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria, desenvolveu atividades no cenário Cultural, junto a TV Campus/UFMS e a Associação dos Artistas Plásticos, assessorou Músicos, foi Gerente de Marketing do primeiro Shopping de Santa Maria e Diretora do Museu de Artes.

Tem 20 anos de envolvimento com a música, as reuniões dos colegas da faculdade de comunicação, com as cantorias ainda tímidas, deram lugar aos primeiros desafios. Participou, com destaque, no show da Big Banda “Hightime” Blues 1998. A convite do ator global Roberto Bomtempo, participou da Turnê Sul da Peça “Raul fora da Lei”, apresentada em Porto Alegre, no Festival Porto Alegre em Cena, no ano de 1999.

Participou de festivais como o Tápias, no Rio de Janeiro, e Festival Internacional de Sorocaba, no interior paulista, com a Cia de Dança Cidade de Santa Maria. Participou do Musical Imembuy, alusivo aos 150 anos da cidade

de Santa Maria, dirigido por Beбето Badke, e de outros espetáculos como Cheios de Bossa, O Tempo Não para - Especial Cazuzza e Santa Maria canta Elis, o que lhe rendeu um maior reconhecimento.

Em 2011, produziu seu primeiro espetáculo piloto Deborah Rosa Encanta Maria Bethânia. Espetáculo de destaque em função da pesquisa musical, Direção de Arte e arranjos musicais que teve a participação da Associação CUICA - Grupo de Percussão. Já na Capital do Estado, a cantora buscou novos públicos. O charmoso Teatro de Arena foi o escolhido para a estréia do Projeto Um passeio pela música brasileira onde mostrou a versatilidade e as influências que a acompanharam desde sempre.

Em 2013, com reedição em 2014, Claridade – Uma voz a Clara Nunes, foi além. Com direção de Ana Lucia Silva, uniu a religiosidade da cantora mineira com as influências de Deborah Rosa num espetáculo de emoção e luz. A veia tradicionalista lhe rendeu em 2012 o prêmio Melhor Intérprete Vocal Solista do RS, no maior Festival de Arte e Tradição - ENART. Em comemoração ao prêmio a cantora produziu seu primeiro espetáculo regional, Camafeu – O meu som do sul, com clássicos resgatados dos festivais gaúchos no Theatro Treze de Maio em 2013.

Na capital, o Centro Meme recebe o Projeto Na linha do Mar e a cantora para uma temporada no período da Copa do Mundo em Junho. E a Casa de Cultura Mário Quintana recebe Um passeio pela Música Brasileira no Teatro Carlos Carvalho. A serra gaúcha recebeu, em outubro, Na linha do Mar e Tributo a Elis, no conceituado Centro Cultural Ordovás. Para fechar o ano, o Palácio dos Festivais, em Gramado, na abertura do FESTURIS 2014 foi o palco para mais um momento inesquecível na carreira da artista.

Em maio de 2015, o Theatro Treze de Maio recebeu o espetáculo “Divas do Rádio”, uma montagem que resgatou importantes passagens da Era de Ouro do Rádio, durante as décadas de 1930 a 50, período marcante tanto para a história da música popular brasileira, quanto para a cultura nacional. Com inspiração nas antigas cantoras, famosas pelas radionovelas e programas musicais de auditório, a cantora Deborah Rosa se aventurou a fazer uma viagem nas suas raízes. Além de resgatar parte de um glorioso passado, o charme dos programas, o glamour do Rádio, músicas e compositores que fizeram história.

No mesmo mês, na cidade de Osório, conquistou o Troféu Origens na 25ª Edição da Tafona da Canção Nativista. Importante prêmio concedido pelo Programa Galpão Crioulo/ Grupo RBS. No final de 2015, a cantora comemorou seus 20 anos de carreira, com especial Deborah em Verde e Rosa, um tributo à cantora Alcione, da qual a santa-mariense tem admiração.

**Maria Rita Py Dutra**, escritora, Especialista em História do Rio Grande do Sul, mestre em Ciências Sociais e doutoranda em Educação, iniciou seus estudos no Grupo Escolar João Belém, na época conhecido como curso primário, hoje Ensino Fundamental.

Ao concluir o curso primário foi reprovada no exame de admissão no Colégio Manoel Ribas – Maneco, passou no exame de segunda época e ingressou no 1º ano ginasial do Colégio Santana.

No Santana sofreu nas mãos de uma religiosa os horrores do racismo e da discriminação e fez de tudo para trocar de escola, ao chegar no final do ano, foi Maneco, seu colégio do coração, lá jogava vôlei, cantava no coral da escola e seguia a banda, pelas ruas de Santa Maria.

Ao concluir o ginásio, prestou vestibular para o Curso Normal no Instituto de Educação Olavo Bilac, no ano de 1964, tornando-se normalista. O currículo do curso Normal apresentava conteúdos de puericultura, psicologia, didática, estatística, física, química, sociologia, biologia, filosofia, além de português, matemática, história e geografia que possibilitavam aos estudantes um amplo campo de conhecimentos e visão de mundo e de sociedade.

Iniciou o curso em 1964, com a chegada da ditadura militar, no aconchego da família, nos diálogos com o pai e com a mãe, Maria Rita aprendeu a dureza da realidade política brasileira e foi às ruas pedir diretas já!

Ao concluir o curso Normal, imediatamente começou a lecionar na rede Municipal de Ensino, pois a situação financeira exigia que ingressasse no mundo do trabalho, para depois sonhar com o ensino superior. Em 1969, ingressou no curso de Química/UFSM e cursou até o 3º semestre, quando casou e transferiu-se para outra cidade. Reingressou depois na área da educação, em que já vinha atuando desde o tempo da escola Normal.

Militante do Movimento Negro, nos anos de 1991 e 1992 foi voluntária no Projeto O Negro e a Educação, na região de abrangência da 8ª. CRE, coordenado pela professora Vera Valmerate. A partir de 1993, com a aposentadoria na rede estadual de ensino, passou a atuar na Instituição Pão dos Pobres, trabalhando com crianças carentes, filhas de presidiários, no Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto (ASEMA). Com a promulgação do ECA, dedicou-se a sua implantação, passando a fazer parte do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), como conselheira e do Conselho de Assistência Social (CMAS), no qual foi vice-presidente e presidente.

A partir de 2003, visando contribuir com o povo negro e as profissionais da educação, passou a dedicar-se à Literatura, sendo autora da Coleção Histórias da Vó Preta, histórias contendo situações reais de racismo e

discriminação, vivenciadas por crianças e adolescentes negros. A Coleção é formada por seis obras “Os Problemas de Júnior”, “O Aniversário de Aziza”, “Dia dos Negros”, “A Turma de Layla”, “O Sonho de Jamila” e “Zeca, um Herói Negro”. A obra Os Problemas de Júnior já foi reeditada mais duas vezes e no ano de 2015, em parceria com a irmã, Maria das Graças Py e com a colega, Amélia Mocelli, publicou “Poemas para Brincar”.

Participou também, em 2005 do “Projeto de Inclusão Social na Educação”, projeto desenvolvido pelo MEC em parceria com as Secretarias Municipais de Educação da região da Quarta Colônia, trabalhando com Oficina de Literatura. Durante o ano de 2006, desenvolveu o “Projeto de Capacitação dos Professores Municipais de Silveira Martins”. No ano de 2007, participou como oficina de “Oficinas da Paz”, uma realização da CIDA Produções, ministrando Oficinas de Literatura, com duração de 12 horas nos municípios de Alegrete, Cachoeira do Sul, Rosário, Santa Maria e Santana do Livramento. Em 2008, atuou como Técnica do “Projeto Conhecer para Transformar”, uma iniciativa financiada pelo Programa Amigo Real, em que fez o Diagnóstico da Situação da Criança e do Adolescente, no Município de Dilermando de Aguiar.

Escritora e poeta é membro da Casa do Poeta de Santa Maria, CAPOSM, onde participou com poesias e crônicas em todas as antologias da CAPOSM. Foi integrante da Equipe Técnica do MTM, onde coordenou o Núcleo de Ação Cultural Educativa (NACE), desenvolvendo o Projeto “Construindo a Igualdade Racial através da Literatura”.

Apesar de abominar qualquer tipo de concurso de beleza, por considerar que objetificam a mulher, em 1969, foi Rainha do Carnaval da Sociedade União Familiar. Recebeu o troféu Mulher Destaque do Lions Clube Santa Maria Medianeira, gestão 2003-2004. No ano de 2006, recebeu o 2º Troféu Destaque em Educação do Clube do Professor Gaúcho de Santa Maria. Em 2012, foi A vez de ser homenageada na XXII Feira do Livro de Caçapava do Sul. Foi Patronesse da Feira do Livro Infantil de Santa Maria em 2005, e da Feira do Livro dos Municípios de Cacequi, Agudo e São Vicente do Sul.

Maria Rita é mãe de duas filhas, Tatiana Py Dutra (Jornalista) e Patricia Py Dutra (Funcionária Pública Estadual).

**Tatiana Karina Py Dutra**, formada em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo, pela UFSM tem especialização em Comunicação e Projetos de Mídia, pelo Centro Universitário Franciscano, nasceu em Santa Maria, mas só fixou residência na cidade aos 15 anos de idade.

Filha de uma professora e de um policial civil teve uma boa educação, seus pais sempre me estimularam o hábito de ler e escrever, o que acabou influenciando na escolha profissional da jornalista, na adolescência, participou

de um CTG dos 12 aos 15, era uma assídua frequentadora e chegou a ser Primeira Prenda, em eventos de uma associação comunitária chegou a concorrer a Rainha do Carnaval, mas não obteve o título.

Seus pais sempre foram muito rigorosos e exigentes com questões que envolviam a educação e formação como seres humanos. Foi criada dentro dos ensinamentos da doutrina espírita e sempre incentivada a prática da caridade e a honestidade. No colégio, sempre foi uma aluna de quem os professores gostavam, era muito esforçada, especialmente no ensino médio, mas sofria bullying dos colegas, um tanto por ser negra, mas mais por estar acima do peso, baleia, rolha de poço, pão com banha eram alguns dos apelidos que a perseguiram no ensino fundamental.

Foi vice-presidente do Grêmio Estudantil da Escola Maria Rocha, em 1992, quando entendeu os enredos políticos que envolvia o cargo do qual ocupava, percebeu estar do “lado errado”, ao fim do mandato, se afastou da agremiação. Na faculdade, participei do Diretório Acadêmico Mario Quintana, da Comunicação Social da UFSM – DACOM.

Atualmente é editora de Variedades do jornal Diário de Santa Maria desde 2013, coordena uma equipe de quatro pessoas que fazem as reportagens para o caderno de cultura, Diário 2, e da revista semanal, MIX.

Sua irmã, **Patrícia Rosane Py Dutra** possui graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário Franciscano (2007), tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social.

Trabalhou como assistente social na seleção de alunos bolsistas (afrodescentes, índios e pessoas carentes) na Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES), trabalhou na Prefeitura Municipal de Santa Maria, atuando no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) que possui serviços de atendimento social e psicológico para idosos, mulheres, crianças e adolescentes em situação de risco, no CREAS, atuou ainda, no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e com Medidas Sócio Educativas.

Trabalhou na Sociedade Espírita Estudo e Caridade (SEEC) - Lar de Joaquina com crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social. Tem conhecimento pleno do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e do Programa Bolsa Família, além de habilitação para elaboração e implementação de projetos sociais.

Atuou no Asilo Vila Itagiba com os idosos asilados e seus familiares fazendo atendimentos e estudo e relatório social. Trabalhou no Projeto Nações em Ação (Templo das Nações/ Igreja do Evangelho para as Nações) e no Centro Social Marista Santa Marta (Escola Marista Santa Marta) e elaborou e implementou projetos sociais no Banco da Esperança.

Atualmente é funcionária pública estadual, concursada na Superintendência Penitenciária como Assistente Social, da Equipe Criminológica (Equipe responsável pela avaliação dos detentos, para progressão de regime e livramento condicional, da Segunda Delegacia Regional Penitenciária “Santa Maria, Agudo, São Sepé, Júlio De Castilhos, Caçapava, São Vicente, Jaguari, Santiago e São Francisco de Assis”).

Ainda criança, mudou-se de Porto Alegre para Santa Maria com a família e foi neste município que ela descobriu que a cor da sua pele era diferente, pois sofreu muita discriminação dos colegas e inclusive por parte de alguns professores.

Aprendeu a tocar violino e fazia balé clássico, aos catorze (14) anos de idade participou do primeiro concurso de beleza, contrariando os princípios da sua genitora, o concurso chamava-se Rainha das Piscinas, após o desfile ela ficou doente e descobriu que seus rins estavam quase parados devido ao Lúpus Eritematoso Sistêmico, doença auto-imune que atinge os órgãos do corpo. Os médicos descobriram que ela possuía lesões no pulmão e no coração, a partir daí começou o tratamento com muitos medicamentos, entre eles corticoide e anti-hipertensivo.

Dois meses depois parou de andar, devido à artrite reumatoide. As juntas dos dedos das mãos, dos pés, dos cotovelos, dos punhos, dos joelhos e tornozelos incharam demasiadamente. (Nesta época já não era mais possível tocar violino, pois tinha dificuldade de mexer os dedos).

Entre as dezenas de remédios, melhoras e recaídas decidiu-se que o melhor tratamento seria tomar um medicamento dado às vítimas do ebola, chamado plaquinol. O medicamento fez com que ela melhorasse, mas não solucionou o problema de imediato e a doença não retrocedia, desta forma o médico resolveu iniciar ciclofosfamida, uma espécie de quimioterapia, que faria com que as defesas baixassem e a doença paralisasse, além de evitar que adolescente iniciasse o tratamento de hemodiálise.

Por dois anos e um mês ela realizou esse tratamento. Durante o período de um ano foi semanal. Ela fazia quimioterapia nas segundas - feira, na terça começava a passar mal e só no domingo a noite ficava bem novamente. Lidar com a queda de cabelo, a magreza, as hospitalizações não foram fáceis. Mas ela nunca desistiu e mesmo doente, nunca parou de estudar. Muitas vezes ela não se fazia presente na sala de aula, no entanto, as professoras levavam os conteúdos até o hospital e ela ia à escola para realizar as provas. Independente dos problemas que a assolavam, permaneceu para viver. Aprendeu a estudar sozinha e passou por média em todas as matérias, completando o primeiro grau.

Como ela fez aula de balé clássico desde os cinco anos de idade, passou a dar aula de dança, voluntária, para crianças em instituições e escolas carentes e para entidades onde havia adolescentes e idosos com deficiência física e mental.

Nesta mesma época conheceu seu primeiro namorado e mais tarde engravidou. A gravidez era de alto risco, pois pessoas com lúpus não podem ter filhos. O médico sugeriu que ela fizesse um aborto. O fato de ela ter tomado plaquinol agravava a situação já que o remédio causava deformações no feto. Como a possibilidade de ter outro filho mais tarde seria quase nula ela resolveu ter a criança. Fez aula de balé clássico até seis meses de gravidez, mas teve que parar devido a ameaça de aborto. Com sete meses e meio nasceu, com a saúde perfeita, de cesariana, para que os seus rins fossem preservados, um menino com quarenta centímetros e um quilo e novecentas gramas.

Mesmo com a saúde debilitada e com o filho pequeno ela continuou estudando e acabou o segundo grau. Resolveu trabalhar como secretária e depois em uma grande empresa de lanchonetes, logo após começou a sentir muitas dores e teve febre, os médicos a diagnosticaram com apendicite e a encaminharam para cirurgia, após a retirada do apêndice os médicos descobriram que ela foi submetida a uma cirurgia sem necessidade (1º erro médico).

Nesta mesma época ela foi convidada pra participar do concurso de Rainha da Bateria da Escola de Samba Vila Brasil, ela ganhou, a partir daí ela voltou dançar. Toda sua família tornou-se carnavalesca e sua mãe, que antes tinha adversidade ao carnaval, ao ver a felicidade da sua filha, passou a amar os ensaios das escolas de samba.

Fez um curso técnico em informática, pelo período de um ano e meio, ao término do curso ela começou a sentir falta de ar, foi ao médico no dia de natal, e o médico a medicou para bronquite e a mandou embora, dizendo para sua mãe que um pouco daquilo tudo era frescura, que o seu pulmão não estava tão ruim, ela solicitou ao médico um exame de sangue e ele, contrariado, fez. Após comprar o medicamento elas foram pra casa e para a sua surpresa havia um recado do médico para que ela retornasse ao hospital com urgência. Quando ela chegou no hospital, mesmo com os corredores cheios, ela foi diretamente para um quarto (erro médico 2), o problema era que seus rins haviam parado de funcionar e ela sentiu falta de ar, porque estava com água na pleura, pele que envolve o pulmão.

Como seu rim já havia voltado a funcionar uma vez o médico apostou no retorno da sua função renal. Mas eles ficaram muitos dias parados e ela teve que por um cateter no pescoço e iniciar o tratamento de hemodiálise. Ficou por seis meses com o cateter no pescoço e trocou esse cateter oito vezes devido a infecção, que causava febre e tremores, principalmente durante a hemodiálise.

Em seguida ela fez uma fistula no braço para realizar o tratamento de hemodiálise.

Devido o excesso de medicações ela teve muita perda de cabelo, chegou o carnaval novamente e ela teve que entregar a faixa de rainha da bateria e se entristeceu por não ter tido a oportunidade de desfilarmos em frente à bateria. A diretora da escola passou para ela o título de Madrinha da Bateria da escola de Samba e foi com um cateter no pescoço, uma peruca, que ela participou de todos os ensaios e a fantasia para avenida tinha uma gargantilha que escondia o cateter.

Lá foi ela viver uns dos momentos mais marcantes de sua vida e aquela garota que não tinha mais esperança de viver encontrou no samba um motivo para ser feliz, depois do carnaval, mais uma vez ela voltou a dançar, fez novas modalidades como o jazz, dança contemporânea, dança de salão, dança do ventre, dança afro, dança de rua e axé.

No ano de 2004 decidiu que deveria dar sequência em sua vida e fez vestibular, achou que os seus problemas de saúde a ajudariam a garantir as pessoas os seus direitos, direitos esses que muitas vezes ela não teve garantido. Assistência médica de qualidade, acesso aos medicamentos e assim por diante, resolveu que cursaria Serviço Social e passou. Na verdade ela queria fazer medicina, esse era o seu sonho, mas imunosuprimida ela não poderia trabalhar em um hospital com pessoas doentes.

Devido à pressão arterial muito alta, Patrícia necessitou ser submetida a uma cirurgia de retirada de rins, que duraria quatro horas, a cirurgia preveniria um futuro transplante de coração, pois o mesmo estava sendo afetado devido a hipertensão. Seis horas após o início da cirurgia, os médicos comunicaram a sua mãe que não localizaram os dois rins, apenas um, e que seria necessário fazer uma nova cirurgia no dia seguinte. Ao comunicar a filha, sobre a necessidade de cirurgia, a moça se desesperou e ao mesmo tempo percebeu que a fistula em seu braço não estava funcionando, desta forma, no dia seguinte, ao invés de tirar o outro rim, ela foi submetida a uma cirurgia no braço para que pudesse realizar hemodiálise sem passar cateter. No quarto dia de hospitalização os médicos retiraram o outro rim. Ao contrário do que diziam, sua pressão arterial não baixou (3 erro médico) e ela permaneceu tomando 8 medicamentos diferentes para hipertensão. Sem rins ela parou de urinar, sendo que inchava por causa da retenção de líquido.

Em dois mil e seis ela recebeu um rim, de um doador cadáver desconhecido. Logo após a cirurgia descobriu que a pessoa que o doou tinha problemas renais e os rins funcionariam por um ano. Com vinte e três dias de transplante ela desfilou na avenida, em frente à bateria, celebrando a vida. As penas da fantasia escondiam a enorme cicatriz na barriga. A sua escola foi campeã do carnaval naquele ano.

No dia da sua formatura ela não pode estar presente, pois sua máquina corporal falhou como tantas outras vezes. Ela necessitou ser hospitalizada, para receber alimentação por sonda e tomar medicamento. Essa seria a segunda vez que ela não pode comemorar datas importantes, pois anos antes não pode comemorar seu aniversário de quinze anos.

A formatura foi a realização de um sonho que jamais pensou que ocorreria em tão pouco tempo. No hospital ficava bolando planos para participar da formatura. Os médicos vibravam com a expectativa de melhora, mas o quadro clínico era instável. No dia da formatura morreram as suas esperanças, sabia que não poderia estar presente.

Quatro anos após o transplante ela começou a ter hemorragias internas, foi submetida a mais duas cirurgias e necessitou retirar o rim transplantado, tendo que voltar a fazer hemodiálise. Continuou a trabalhar e devido a problemas cardíacos graves necessitou mudar-se do seu apartamento para uma casa, onde não teria que subir escadas. Foi hospitalizada novamente, devido a hemorragia interna e necessitou retirar parte do ovário e as paratireoides. Como passou muito tempo hospitalizada, necessitou passar um cateter para fazer transfusão de sangue e medicamentos e o médico que fez o procedimento furou seu pulmão (4 erro médico).

Nesta mesma hospitalização as técnicas em enfermagem a derrubaram da maca durante a transição para cama e outro médico ao passar o cateter no pescoço ocasionou uma hemorragia intensa que deformou por meses seu pescoço (5 e 6 erro médico). Durante essa hospitalização ela descobriu que o edital do concurso para SUSEPE estava aberto, ela inscreveu-se como pessoa portadora de necessidade especial, e começou a estudar através de conteúdos baixados na internet. Uma semana após dar alta, foi para Porto Alegre fazer a prova. Passou por todas as etapas do concurso e foi aprovada. As pessoas com deficiência não foram chamadas na primeira etapa e elas tiveram que entrar com processo judicial para que as chamassem, conforme prescrito na lei.

No mesmo ano ela começou a sentir dores nos tendões, foi ao médico e ele disse que não era nada significativo (7 erro médico), cinco dias depois, ao pegar sua cadelinha que estava no chão, ela rompeu ao mesmo tempo os dois tendões de Aquiles, foi para o hospital e a medica presente não soube identificar o problema, a medicando e mandando embora (8 erro médico). Ao entrar no taxi, devido à força que fez com os braços para entrar no taxi ela rompeu o tendão de um dos braços. Ficou por quatro meses em uma cadeira de rodas, com as pernas imobilizadas.

Diversas vezes foi desenganada pelos médicos e sempre os surpreendeu, a força que recebeu de sua mãe foi a mola propulsora para o sucesso. Ela nunca desistiu se permitia chorar apenas por alguns instantes e

depois disso colocava um sorriso no rosto, se maquiava e saia feliz pelo fato de viver. Considera que o lúpus a ensinou a valorizar a vida ainda mais.

**Giane Vargas Escobar** é a primeira filha de um casal afro-brasileiro oriundos de famílias com baixo poder aquisitivo, Jorge e Jonbelina e irmã de Giovani, três anos mais novo. Seu pai, após muitos sacrifícios pessoais formou-se em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, em 1968, um ano depois do seu nascimento. Naquela época em que ele se formou na primeira Universidade Pública do interior do Rio Grande do Sul, já havia um “indiscutível” processo de ingresso pelas cotas na UFSM, a “Lei do Boi”, uma reserva de vagas para filhos de agricultores e fazendeiros.

Sua mãe, sem oportunidade e condições de estudar passou grande parte de sua infância e adolescência trabalhando como empregada doméstica, quando Giane tinha aproximadamente onze anos de idade, sua mãe começou a estudar à noite, acompanhando-a nas mesmas séries até o primeiro ano do ensino médio, representando ali simbolicamente a luta das mulheres negras por ascensão e transformação.

Seus avós, Angelina e Arnaldo, dois negros que a ensinaram que é preciso estudar para ser cada vez mais simples e saber repartir aquilo que aprendemos com outras pessoas. Após seu pai ser aprovado em Concurso Público Estadual, logo depois que se formou pela UFSM, em 1970 foi morar na estação experimental de Encruzilhada do Sul, zona rural.

Aos vinte e um anos foi mãe solteira, uma experiência que deixou feridas das mais profundas, mas que cicatrizaram. Na década de mil novecentos e noventa casou com Adelar, que de imediato acolheu como sua filha a Geanine e depois de sete anos tiveram a Aline. As filhas, ao contrário de seus bisavós, avós, e minha mãe tiveram oportunidade e condições de estudar, justamente por ter acesso a determinados conhecimentos e informações que outrora outros negros não tiveram e nem lhes era permitido acessar, como por exemplo, freqüentar uma universidade pública, o que representa na maior parte das famílias negras, ainda nos dias atuais, as primeiras gerações a experimentarem esta sensação de ingressarem neste seleto grupo que é a academia.

Durante os três anos que frequentou o ensino médio na Escola Estadual Cilon Rosa em Santa Maria foi influenciada pela única professora negra que teve neste período, que para Giane, tornou-se uma referência, a artista plástica Deja Rosa. Assim, prestou vestibular para Desenho e Plástica em 1984 na UFSM. No mesmo período fez vestibular em uma universidade particular, caso não lograsse aprovação na UFSM, não ficaria sem dar continuidade aos estudos e então fez o vestibular para Letras na Faculdade Imaculada Conceição - FIC.

Com dezesseis anos obteve aprovação nos dois cursos e os dois a interessavam naquele momento. Inicialmente frequentou ambos, porém seus pais não conseguiram dar conta do alto custo que era o Curso de Desenho e Plástica e manter em uma faculdade particular, o que a desestimulou com a falta de recursos para aquisição dos materiais necessários ao bom andamento do curso de Desenho e Plástica, por acreditar que tinha os mesmos atributos artísticos que via na Professora Deja e, nesse sentido as dificuldades foram imensas, o que a levou desistir do Curso. Começou também a entender que o maior desafio não é ingressar na universidade pública e sim permanecer nela, com condições para adquirir materiais, xerox, livros, etc, obtendo estímulo, sucesso e incentivo para finalizar o curso escolhido.

Já na Faculdade Imaculada Conceição (FIC), atual Centro Universitário Franciscano, para conseguir se manter no curso noturno foi necessário trabalhar durante o dia para poder sustentar a mensalidade, livros e outros custos. Enquanto trabalhava, tentava “correr para aprender o Inglês”, algumas colegas já estavam há muito tempo lecionando em cursinhos de inglês e/ou fazendo intercâmbios, tendo oportunidade de praticar a língua em outros lugares em que o inglês é a língua oficial, por possuírem maiores condições financeiras.

Percebe-se que o processo educacional é um grande desafio, tanto para educadores quanto para quem é o público alvo do aprendizado, pois fica evidente o quanto este processo gera mobilidade social de forma acelerada apenas a um determinado grupo, enquanto outros acabam levando mais tempo para atingir determinados patamares, mesmo fazendo parte do mesmo grupo.

Em 1988 conseguiu se formar em Letras, o curso superior abriu portas e oportunidades, pois em 1989 ingressou no Governo do Estado através de concurso público na Secretaria de Educação e em 1996 seu esposo, que cursou Administração de Empresas na UFSM foi aprovado em Concurso Público Federal, assumindo o cargo em Porto Alegre, onde residiram de 1996 a 2001.

Na capital trabalhava pela manhã, tarde e noite, dividindo-se entre a Secretaria de Estado da Cultura e a Fundação Escola Superior do Ministério Público (ESMP), uma escola privada que tem como público alvo, advogados e como professores, promotores, juízes e desembargadores. Participou de seleção e de 1996 a 1999 exerceu o cargo de Coordenadora do Turno da noite na ESMP. Nesta escola sofreu um brutal processo de racismo institucional e “bulling” diário por parte de uma colega branca que alegava que ali não era o seu lugar e culminou com a sua demissão da Escola e não da pessoa que praticava atos de racismo. Diariamente ouvia piadas racistas e sentia na pele a exclusão que a maioria dos negros estão “acostumados” a enfrentar em seus ambientes de trabalho.

Só mais tarde é que percebeu que aquilo poderia ser denunciado e que se constituía em crime, mas o medo e a vergonha de não ter como provar e cair no descrédito sempre foram maiores, pois aos trinta e quatro anos ainda não tinha aquilo que Oliveira Silveira sabiamente chamou de “Consciência Negra”, e foi a partir de 2001, quando voltou para sua cidade natal e ingressou na Pós-Graduação em Museologia é que passou a participar do Movimento Negro de Santa Maria e a entender melhor estas atitudes de intolerância racial e que elas estão relacionadas a séculos de relações de poder de uma pretensa superioridade racial branca e que precisam ser combatidas e denunciadas.

Foi também em Porto Alegre que conheceu e trabalhou em museus tradicionais e casas de cultura e sua admiração por esses espaços que valorizam os artefatos do passado e numa outra perspectiva aqueles que valorizam as comunidades, as pessoas, seus saberes e fazeres, encantam e contam histórias diversas, que ao retornar para Santa Maria, em 2001, buscou formação na área de museologia, centrando seus estudos, interesses e investigações na área de museologia comunitária

Em 2002, concluiu sua Especialização em Museologia, é Mestre em Patrimônio Cultural, momento em que a possibilitou conhecer melhor o Movimento Clubista ao defender a dissertação *“Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial”*.

Seu tema/problema da dissertação do Mestrado, os Clubes Sociais Negros foi escolhido pois Giane tem a consciência de quanto são importantes pesquisas direcionadas às questões étnicorraciais, em especial no que diz respeito aos estudos relacionados aos africanos e afro-brasileiros, assim como pesquisas sobre as populações indígenas.

Caso contrário não haveria necessidade de uma Lei tornando obrigatório o ensino destas etnias - que estão na origem da formação do povo brasileiro - nas escolas e que ainda carece de avanços na formação dos professores acerca dessa temática, o que constitui um grande desafio para as universidades públicas.

“Não quero mais ser objeto de pesquisa!” Essas foram as palavras utilizadas por Giane para um público de mais de duzentas pessoas presentes na aula inaugural do Dr. Muniz Sodré, em 14 de março de 2012, quando então iniciaram as aulas do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

Aquele, foi o limite de uma situação que se tornou pública, já que internamente, segundo Giane, na Universidade não se resolveu adequadamente, de forma justa e transparente como deveria ser um processo seletivo.

Ao participar de processo seletivo da primeira turma de Doutorado na UFSM, para o qual foi aprovada e selecionada como “suplente” de uma candidata que só concluiu seu Mestrado após o início das aulas na UFSM, o que não poderia segundo o edital do Concurso, pois a exigência era que os candidatos tivessem título de Mestre para concorrer ao Doutorado.

Inconformada e ciente do “erro” buscou advogado particular que ingressou com liminar na justiça para que ela pudesse ingressar no curso, o que foi posteriormente julgado procedente pela magistrada que julgou o caso e finalmente reconhecido o “erro” pelo próprio Reitor da UFSM.

De fato muitas ações já se tornaram tão “naturais e normais” tanto para quem quer ingressar na UFSM ou qualquer outra Universidade quanto para quem tem o poder de selecionar, como por exemplo, uma banca de Doutorado soberana em suas decisões, mas que não pode esquecer que para além da autonomia que lhe é intrínseca, existe um poder maior que é o da justiça.

Os protecionismos e os QIs ainda prevalecem e foi isto que Giane presenciou e vivenciou no processo seletivo do qual participou na UFSM no Curso de Comunicação, no início do ano de 2012, comprovando mais uma vez que as desigualdades vividas no interior das universidades públicas ainda se fazem presentes no cotidiano e não podem mais ser consideradas como “mal-entendidos” e sim tipificadas como “violência real, racial e simbólica”, como de fato são, pois este não é o lugar que acreditam pertencer aos negros em geral e, em especial, às mulheres negras.

Nesse sentido, foi necessário não se calar diante de tamanha violência velada como é no caso brasileiro. Foi preciso tomar uma atitude drástica e ingressar com um processo judicial contra a decisão de uma das maiores universidades públicas do interior do Estado do Rio Grande do Sul, a UFSM, em um estado que vive do orgulho de sua “branquitude”.

Após recurso administrativo que protocolou na UFSM e ter conversado com a coordenação, colegiado e outros professores do Curso, ficou ainda mais perplexa com a forma como se dão os processos “seletivos”, pois de forma “natural”, em reunião que solicitou para verificar meu processo interno, recebeu como resposta às suas indagações: “Giane, seu projeto é excelente, seu currículo é ótimo, mas...”; “a preferência em nossa seleção sempre será para nossos egressos, ou seja, para nossos alunos do mestrado”; “Giane, nós temos dificuldade em orientar seu trabalho, pois não temos professores especialistas em sua temática (negros e mídia)”; “Giane, você vem de uma outra área e por isto também o seu rebaixamento para a condição de suplente!”; “Giane, a minha melhor amiga é negra e não entenda a nossa decisão como discriminação”; “Giane, se eu pudesse criaria uma vaga para você, mas espere a próxima abertura de edital e concorra novamente!”

Aos quarenta e cinco anos, com uma vasta experiência na área em que buscava se aperfeiçoar, sabendo que o edital do Concurso abria para áreas afins e agora com uma “Consciência Negra” aguçada, devidamente fortalecida no âmbito do Movimento Negro, já não podia mais ficar esperando a abertura de um novo edital para concorrer novamente a uma vaga, que via de regra, já teria suas preferências, viu naquele momento a oportunidade de não ficar calada, de não aceitar “naturalmente” os resultados que nos apresentam como se fossem indiscutíveis.

Assisti à aula magna do teórico Muniz Sodré e ao final, no momento das perguntas, manifestou-se publicamente, indignada com o resultado daquele processo seletivo da primeira turma do Doutorado em Comunicação da UFSM, uma turma majoritariamente branca, o que não é novidade.

Muitos que estavam presentes no local ficaram surpresos, alunos e professores, pois não a conheciam e ouviram em silêncio tudo o que tinha para dizer, ou melhor, o que conseguiu naquele momento de tensão dizer.

Naquele momento usou a palavra para falar sobre o orgulho de poder assistir na UFSM uma aula magna com um teórico negro e expôs a sua situação, afinal se a universidade quer ter professores negros e negras ela precisa formar estes professores e o Doutorado é também a porta de entrada para isto.

A fala indignada naquela aula magna foi no sentido de não silenciar diante da injustiça e violação de direitos. Outros processos seletivos acontecerão e Giane acredita que é necessário denunciar para que outros possam ter a certeza de que a justiça foi feita e que realmente ali estão pela sua competência, produção e qualificação comprovada.

Perdeu o processo interno na UFSM, mas não a vontade de fazer justiça frente aos seus direitos e de muitos que ainda passarão por estas situações constrangedoras, mas que precisam ser denunciadas para que alguma coisa mude nos processos seletivos nas universidades.

Ganhou na justiça em junho de 2012, o direito de frequentar as aulas na primeira turma de Doutorado na UFSM e hoje as “feridas” deste episódio ainda estão abertas e vão aos poucos cicatrizando, mas jamais serão esquecidas, pois não podemos nos contentar com processos de seleção duvidosos, que ferem nossos direitos e nos desqualificam erroneamente.

A militância museológica e a militância no Movimento Negro se deram ao mesmo tempo, em 2001, a instigaram a pensar que aquele conhecimento individual não poderia se restringir à academia ou ao seu projeto de vida pessoal e profissional, deveria extrapolar paredes e se tornar um projeto coletivo. Foi neste movimento de resistência que aprendeu a retornar para a

comunidade o que pesquisava, contribuindo com projetos técnicos de sustentabilidade para um local centenário, o Clube Treze de Maio, a fortalecendo enquanto cidadã e agente político.

Acredita na relevância de se trabalhar com a museologia social e comunitária e com a preservação dos Clubes Sociais Negros do país, pois é aí que estão inseridas as histórias e memórias de uma grande parcela da população negra. É nesses espaços que se constroem a autoestima, a autoimagem e as “identidades negras”, é aí que as relações se estabelecem e os conflitos também, pois os Clubes Sociais Negros, além de lugares de memória, de construção da sociabilidade e cultura negra, são espaços de legitimação do poder.

Partindo do pressuposto que para “preservar um bem é preciso amá-lo e para amá-lo é preciso conhecê-lo”, fui estimulada a buscar informações sobre a Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio de Santa Maria/RS. O trabalho com história oral foi fundamental, pois a historiografia oficial não registrou que em Santa Maria, no ano de 1903, nascia uma sociedade formada por homens e mulheres negras que tinham como objetivo “comemorar o Treze de Maio”, além de promover o conagraçamento entre seus membros, arrecadar fundos para funerais de seu quadro de sócios, promovendo festas, bailes de carnaval, bailes de debutantes, organizando grupos de teatro negro, mantendo uma rica biblioteca, um time de futebol e, nos anos de 1980, uma sede campestre, que não existe mais.

Contribuiu na elaboração do projeto e foi membro da equipe organizadora do *1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras*, realizado em novembro de 2006, em Santa Maria, financiado pela SEPPIR, a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal gerou a Carta de Santa Maria que apontou demandas e diretrizes para o Estado brasileiro e para os gestores clubistas, com vistas ao reconhecimento e Registro destes lugares como Patrimônio Cultural do Brasil e à criação de um Plano de Salvaguarda que viabilize a proteção e a preservação destes lugares de memória e identidades negra.

Em 13 de maio de 2009, como representante do Estado do RS na Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros foi a responsável pela entrega, em Brasília, do pedido de reconhecimento e Registro dos Clubes Sociais Negros como Patrimônio Imaterial Brasileiro e sua inclusão no “Livro de Registro dos Lugares de Memória” do IPHAN, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Em 05 de novembro de 2009 a Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros recebeu o Ofício-Circular nº 002/09 – GAB/DPI/Iphan, encaminhado pela Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN, Márcia Sant’Anna, informando que “foi aberto neste Departamento do Patrimônio

Imaterial o processo nº 01450.007019/2009-98, referente ao pedido de Registro dos Clubes Sociais Negros do Brasil no “Livro de Registro dos Lugares do IPHAN”. A abertura deste processo foi considerada pela Comissão Nacional uma das maiores conquistas deste grupo e posteriormente socializada com os demais gestores clubistas do país.

Em 2010 trabalhou na elaboração do projeto *“Portal para os Clubes Sociais Negros do Brasil”*, aprovado e financiado pela SEPPIR. Foi designada pela Comissão Nacional e pela Associação dos Amigos do Museu Treze de Maio, proponente legal do projeto, para atuar como coordenadora voluntária neste empreendimento, instrumento fundamental de promoção e visibilidade para o Movimento Clubista, demanda número um da “Carta de Santa Maria”.

Em 2002, durante o Curso de Especialização em Museologia/Unifra fiz um pedido para exercer minhas atividades como Servidora Pública Estadual na Brigada Militar de Santa Maria, pois precisava realizar meu estágio e praticar aquilo que aprendera na especialização. O meu pedido foi aceito pelo Comando da Brigada Militar e assim iniciei meu trabalho onde estou até hoje, no Museu da Brigada Militar de Santa Maria, o qual é conhecido como Centro Histórico Coronel Pillar-CHCP, composto também por Arquivo Histórico e Biblioteca.

Paralelo ao trabalho de revitalização do Treze, na Brigada foi a oportunidade de “começar do zero”, ou seja, organizar um museu tradicional, com um significativo acervo tridimensional, com o olhar voltado à museologia social, de acordo com normas e procedimento técnicos contemporâneos. Outro desafio, pois ali também tive que lidar com resistências, trabalhar com hierarquias e entender as dinâmicas corporativas, além de selecionar outros grupos que não tinham visibilidade na exposição, como as policiais mulheres e os soldados, reafirmando o pensamento que diz que os museus são a um só tempo “lugares de memória e de poder”.

No ano de 2002, deu início a organização do espaço elaborando um minucioso diagnóstico do acervo e executando o projeto intitulado *“Organização e Documentação para o Museu da Brigada Militar de Santa Maria”*, que foi o meu trabalho final do Curso de Pós-Graduação em Museologia.

No início do ano de 2007 quando se preparava para apresentar o Projeto do Mestrado em Patrimônio Cultural na UFSM foi convidada para uma reunião com a Reitora da Unifra, Irmã Irani Rupolo, que fez uma proposta para que Giane procedesse à organização do Museu das Irmãs Franciscanas, constituído de peças que elas coletaram durante trinta e cinco anos. O momento de surpresa e ao mesmo tempo a oportunidade de realizar um projeto com recursos, o que normalmente falta na maioria dos museus, porém

o recuso do convite foi feito, perante a sobrecarga com inúmeras atividades na Brigada, no Treze e no seu foco no Mestrado.

A Reitora então argumentou que há muito tempo a Congregação Franciscana vinha observando seu trabalho nesta área e assim pensaram na possibilidade de contratá-la para coordenar uma equipe técnica que pudesse realizar aquele serviço. Receber da Reitora aquela responsabilidade de construir, pensar e dar um direcionamento técnico ao “Museu Franciscano” (assim era chamado até obter sua posterior certidão de nascimento) foi um desafio imenso e mesmo sabendo do pouco tempo que teria a partir daquele momento para a sua vida pessoal, o convite foi aceito e lá trabalhou durante o período de 2007 a 2009)na coordenação da equipe que organizou e implantou o Museu Histórico-Cultural das Irmãs Franciscanas de Santa Maria, com aproximadamente vinte e três mil peças.

No ano 2004, participou enquanto colaboradora e Diretora Técnica do Museu Treze de Maio, de uma reunião com um grupo de seis representantes de museus da cidade de Santa Maria que foram convidados pela Diretora do Theatro Treze de Maio, Ruth Pereiron para organizar uma exposição na I FEICUT (Feira de Cultura de Santa Maria), o que por falta de recursos acabou não acontecendo.

A partir deste primeiro encontro, aquele grupo de representantes de museus de Santa Maria passou a se encontrar com frequência, sendo que o número de integrantes foi se ampliando progressivamente nos anos de 2005, 2006 e 2007.

As reuniões aconteciam mensalmente em diferentes espaços museológicos no intuito de trocar experiências e fazer com que o grupo conhecesse suas respectivas realidades e trocassem experiências. Essa iniciativa fez com que o grupo se fortalecesse, amadurecendo a idéia de oficializar a criação do Sistema Municipal de Museus de Santa Maria (SMM), com base na Política Nacional de Museus.

Em 22/10/2008 foi sancionada pelo Prefeito Municipal Antônio Valdeci de Oliveira a Lei 5163, que *“institui o Sistema de Museus do Município de Santa Maria e o Fundo Municipal e dá outras providências”*.

Em 2011 atuou como Coordenadora Geral da II Jornadas Formação em Museologia Comunitária realizada em Santa Maria-RS, no Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes. O Museu Treze de Maio foi palco deste evento, articulado com diversos parceiros locais, nacionais, internacionais e a experiência de duas redes de museus comunitários, a União dos Museus Comunitários de Oaxaca – UMCO, do México e a ABREMC – Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários, que trouxeram ao sul do país uma formação especializada na área de ecomuseus e museus comunitários. O

reconhecimento e a valorização dos espaços de construção e afirmação da memória e identidade negra foram objetivos das Jornadas, o que foi motivo também de elevação da autoestima por parte dos dinamizadores do Treze e comunidade local, que atuaram como protagonistas de sua própria história.

No dia 20 de novembro de 2015, Giane Vargas Escobar foi empossada, como membro do Conselho Curador da Fundação Cultural Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura (MinC). Nomeada pelo Ministro da Cultura para um mandato de três anos, atuará como representante da academia junto ao Conselho, que é formado por 12 integrantes.

**Geanine Vargas Escobar**, conhecida como Gê, é a filha primogênita de Giane, ao acompanhar a trajetória de sua mãe, é engajada no movimento social negro e nas causas sociais, durante sua adolescência, participou em 2005 do concurso Mais Bela Negra do RS, representando Santa Maria e obtendo o título de 1ª Princesa.

Depois do Mais Bela Negra, embora não tivesse ganhado o prêmio em dinheiro, ganhou mais na autoestima e entendi todo o processo pelo qual havia passado como uma etapa, um momento de auto conhecimento para posteriormente sentir-se responsável por dar seguimento a luta negra, com as armas que tinha, a dança, o canto e a poesia negra.

É o que faz até hoje, é uma missão. A poesia negra a fortalece e fortalece outros negros e negras, pois vemos a dor e a beleza das histórias negras. Se reconhecem e se identificam, estar na universidade, na graduação, no mestrado, no doutorado, estudando e falando sobre as lutas sociais negras também é uma missão, é uma forma de empoderamento negro não só pra ela, mas pra todos os negros que não puderam estar nesses espaços. A universidade é um lugar que cada mais se aproxima da realidade da população negra e é algo que revolta muitos brancos que não aceitam a equidade racial de fato, pois estão muito acostumados a verem os negros sendo seus empregados, os servindo, jamais estudando e trabalhando lado a lado.

Geanine é graduada em Bacharelado em Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis pela mesma instituição (2008-2011), tem formação no curso de Especialização em Ensino de Sociologia no Ensino Médio pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2014-2015).

Doutoranda do Programa Doutoral em Estudos Culturais - Universidades de Aveiro e do Minho / Portugal e Bolsista CAPES - Doutorado Pleno no Exterior 2015 (Proc. nº 2345/15-3). Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel (2012-2014).

Atua como colaboradora no Museu Comunitário Treze de Maio de Santa Maria - RS desde o ano de 2003, atualmente é coordenadora do Projeto

Assuma Sua Negritude que em 2015 completa 10 anos, visando divulgar e transmitir o conceito de patrimônio cultural negro-brasileiro através de palestras e manifestações artísticas que tenham como base a temática negra e antirracista, fazendo desta maneira uma homenagem ao Poeta da Consciência Negra: Oliveira Ferreira da Silveira (1941-2009).

É idealizadora e integrante do coletivo JuNF - Juventude Negra Feminina de Santa Maria - RS. Compôs, no ano de 2011, a equipe do Museu Afro-Brasileiro MAFRO - Salvador, realizando tratamento de nova coleção a partir da conservação preventiva, documentação e restauração das obras. Integra desde o ano de 2012 a Rede dos Pontos e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social do Rio Grande de Sul REPIM RS.

É pesquisadora associada e membro do Comitê Científico da ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as). É Formada no Curso Avançado de Audiodescrição pelo Núcleo de Acessibilidade da UFSM (2014) e desde o ano de 2009 desenvolve pesquisas sobre acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência visual em ambientes culturais e de ensino. Tem experiência nas áreas de patrimônio cultural, memória social, museologia social, cultura negra, conservação preventiva, conservação digital de acervos fotográficos, audiodescrição e comunicação comunitária.

Espera que depois do doutorado possa ingressar numa universidade pública como professora efetiva, para poder ajudar na mudança de pensamento dos alunos universitários, que ainda são ensinados a não refletir sobre as ideias hegemonicamente brancas e eurocêntricas passadas em sala de aula.

Com os perfis dessas mulheres negras, além de ser um convite à reflexão, espera-se que este projeto constitua ferramenta para a promoção da igualdade racial e de gênero, condição fundamental para consolidar o projeto de nação democrática e desenvolvida que se quer para o Brasil.

## **5. PROJETO CULTURAL EXPERIMENTAL**

Conforme mencionado em capítulo anterior, como forma de exercício, o projeto experimental deste trabalho, será apresentado no modelo de formulário utilizado para concorrer a Lei de Incentivo Municipal disponibilizado pela Secretária de Cultura do Município.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esperamos afirmar a identidade negra através da desconstrução do estereótipo vinculado à mulher negra, contribuindo para o trabalho da imagem social desta mulher com o recorte local (cidade de Santa Maria - RS) e geracional (mulher negra, enquanto mãe e filha), que as histórias aqui pesquisadas possam inspirá-los para que se tenha uma inserção social e cultural da população negra, bem como a valorização das mulheres negras, tornando-as protagonistas em seus espaços de vivências.

Acreditamos que este projeto contribua no desenvolvimento da formação de jovens e crianças negras, a fim de que estes encontrem no perfil destas mulheres uma referência, um exemplo a ser seguido. Buscamos uma sociedade altamente desenvolvida e plenamente democrática, em um papel de compreensão e engajamento na autoafirmação e melhores indicadores de igualdade étnico-racial e de gênero.

Almejamos a partir do projeto, que as escolas e, principalmente, os educadores reflitam e passem a trabalhar com a lei 10.639/03 que insere a História e Cultura Afro em seus projetos político-pedagógicos e que se faça a discussão das relações étnico raciais nos espaços públicos.

## 7. Referências

- ADÃO, Jorge Manoel. **O negro e a educação. Movimento e política no estado do Rio Grande do Sul (1987-2001).** Porto Alegre, 2002. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, UFRGS, 2002.
- BRASIL. Presidência da República. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acessado em: 2 de dezembro de 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Lei n. 8313 de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8313cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm). Acessado em: 2 de dezembro de 2015.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero.** Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>. Acesso em: 24/11/2015
- CASTTELS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CRENSHAW, KIMBERLÉ. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** *Rev. Estud. Fem.*[online]. 2002, vol.10, n.1, pp. 171-188. ISSN 1805-9584. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos Culturais: Uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (p.133-166)
- GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência;** tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34, 2012 (2ªed.)
- HALL, Stuart. (Org.) **Representation.** Cultural Representations and Signifying Practices. Sage/Open University: London/ Thous and Oaks/New Delhi, 1997.
- \_\_\_\_\_. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade.** 10ª ed. São Paulo: DP&A, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG, Brasília: UNESCO no Brasil, 2003.

- JOHNSON, Richard. Estudos Culturais: Uma introdução. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- LISBOA FILHO, Flavi Ferreira. **Birô de empreendedorismo cultural:** gestão e produção cultural. Santa maria: UFSM, Pró-Reitoria de Extensão, Secretaria de Estado da Cultura,2015.
- MUNANGA, K. **Riso Negro e Identidade.** Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as) - ABPN, v. Vol.7, p. 03-11, 2015.
- RIO GRANDE DO SUL. Governo Estadual. Lei 10846 de 19 de agosto de 1996. Institui o Sistema Estadual de Financiamento e Incentivo às Atividades Culturais, autoriza a cobrança de taxas de serviços das instituições culturais e dá outras providencias. Disponível em [http://www.marketingcultural.com.br/leis/lei\\_10846\\_rs.htm](http://www.marketingcultural.com.br/leis/lei_10846_rs.htm). Acessado em: 2 de dezembro de 2015.
- SANTA MARIA. Prefeito Municipal. Lei n 4166 de 26 de junho de 1998. Cria o conselho municipal de cultura e dá outras providências. Santa Maria 1998. Disponível em <http://camara-municipal-da-santa-maria.jusbrasil.com.br/legislacao/540077/lei-4166-98>. Acessado em 2 de dezembro de 2015.
- SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros:** Identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999
- \_\_\_\_\_. **A Verdade Seduzida.** Por um conceito de Cultura no Brasil. RJ: Codecri, 1983.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo.** Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- WILLIAMS, Raymond. **La larga revolución.** Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.